# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 08 | AGOSTO 2017 | R$ 15,00

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298



## PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

### SAIBA MAIS!

**PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS** AUMENTO DA CIDE SERIA MELHOR

**LEITE** QUEDA NOS PREÇOS

**PROGRAMA ABC** É PRECISO REVER AS ÁREAS PRIORITÁRIAS

FGV

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidente:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
**Suplentes:** Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio
**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

**Suplentes:** Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano
**Diretor da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos
**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
**Diretor da FGV-EAESP:** Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

*Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas*

**Conselho Editorial:** Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
**Editor-chefe:** Antônio Carlos Kfouri Aidar
**Editor Executivo:** Luiz Antonio Pinazza
**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Capa:** Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
**Projeto Gráfico:** Maria João Macedo [Atelier Lola]
**Arte:** Alexandre Monteiro
**Revisor:** Alexandre Sobreiro
**Secretaria e Administração:** Viviane de Carvalho
**Coordenador da Produção Editorial:** Evandro Faulin
**Publicidade/Comercial/Assinatura:** Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

**Acesse o site**
**www.fgv.br/agroanalysis**
**ou ligue**
**0800 770 88 81**
**e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio**

## O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

# IMPOSTOS COMPROMETEM O CRESCIMENTO ECONÔMICO

A QUEDA da inflação abriu espaço para a flexibilização da política monetária nos últimos meses. Com isso, a tendência da taxa básica de juros (Selic) é de novas quedas até o final do ano, com expectativa de fechar 2017 em um dígito. Do ponto de vista das contas externas, a posição brasileira é confortável ante o saldo comercial positivo e o volume de reservas internacionais. Apesar da grave crise política, não se verificou, até o momento, uma fuga de capitais, fato constante nas crises da segunda metade da década de 1990 e do início da década passada. A maior fragilidade do governo federal está no desajuste das contas públicas.

Quando apresentou o orçamento de 2017, o Governo comprometeu-se com um déficit primário de R$ 139 bilhões. Infelizmente, no decorrer do primeiro semestre do ano, ficou claro que o Governo não conseguiria cumprir a meta fiscal prometida. Esse, então, passou a ser o maior desafio para o governo Temer na área econômica.

Assim, com a revisão de um Produto Interno Bruto (PIB) mais fraco em 2017 e a dificuldade de fazer a reforma previdenciária, as autoridades optaram pela saída de aumento de tributos. Com o peso do ajuste tendo recaído sobre o setor privado, os efeitos são negativos para a retomada da economia, pois se tem uma redução da renda disponível, que poderia ser canalizada para consumo ou investimento.

Foi anunciada, então, uma elevação na alíquota do PIS/COFINS sobre o litro da gasolina (R$ 0,41), o do óleo diesel (R$ 0,21) e o do etanol junto ao produtor (R$ 0,01) e ao distribuidor (R$ 0,20). A partir deste aumento de tributos, a expectativa oficial é arrecadar, ainda em 2017, pouco mais de R$ 10 bilhões e, no próximo ano, um montante superior a R$ 20 bilhões. Se, por um lado, essa é uma estratégia rápida e eficaz para inflar as receitas; por outro lado, a medida possui algum impacto inflacionário. Mesmo assim, no final de julho, novos cortes no orçamento foram anunciados para que a meta de déficit primário de R$ 139 bilhões seja mantida.

O aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que incide sobre a gasolina e o óleo diesel, seria outra saída para aumentar a arrecadação e, ao mesmo tempo, favorecer o setor sucroalcooleiro. De acordo com estudo do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro), a cada aumento de R$ 0,10 da CIDE sobre a gasolina, o consumo de etanol pode aumentar até 11,6%. No entanto, enquanto o aumento do PIS/COFINS é imediato, a CIDE apenas entraria em vigor noventa dias após a decisão do Governo.

Em 2010, o governo brasileiro criou o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) como uma linha de crédito para conduzir o Brasil a um modelo de produção mais sustentável. Passados sete anos, um estudo produzido para o Observatório ABC, do GV Agro, procurou entender por que esta iniciativa ainda não deu os resultados esperados. Em linhas gerais, o trabalho apontou que não há um acompanhamento da implantação do Programa ABC nas áreas definidas como prioritárias, nem um arranjo institucional que coordene as ações e as políticas públicas relacionadas à inteligência territorial. Por isso, é preciso remodelar esse conceito, incorporando critérios econômicos à definição das áreas prioritárias.

Na entrevista do mês, Rodrigo Justus de Brito, presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNMA/CNA), comenta sobre as inscrições ocorridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Na sua visão, poucos estados avançaram

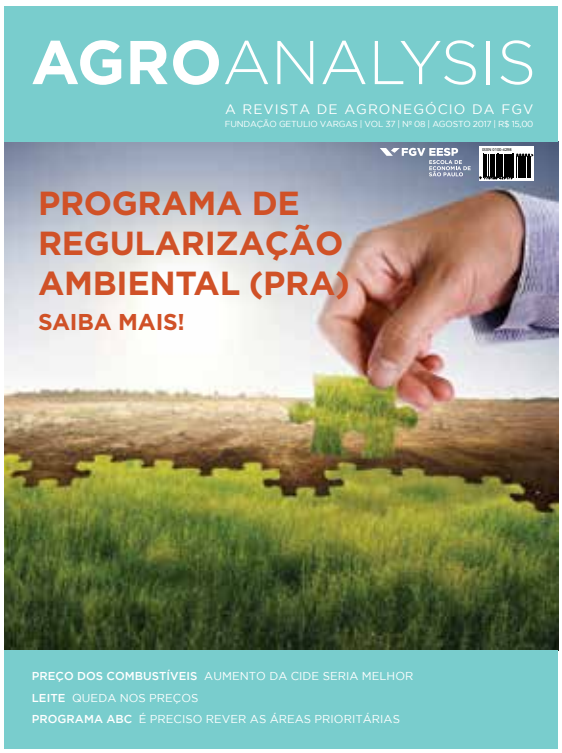
neste trabalho. Em São Paulo, por exemplo, o CAR ainda não está sendo analisado, em função de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei estadual do PRA. Em Minas Gerais, diversas ações judiciais reconheceram a inconstitucionalidade incidental dos artigos e de outros dispositivos do novo Código Florestal.

Na pecuária leiteira, no final do primeiro semestre, o mercado registrou queda nos preços do leite ao produtor, invertendo o movimento de alta iniciado no começo do ano. Ainda assim, a expectativa é de um lucro nos sistemas de média, alta e baixa tecnologias em 2017: estima-se um lucro de R$ 0,119 por litro de leite nos sistemas de média a alta tecnologia e de R$ 0,096 por litro nos sistemas de baixa tecnologia.

Desde meados do século passado, a soja foi a lavoura de maior expansão no mundo. A sua riqueza em proteína e óleo justificou esse movimento em grande escala de produção, com custo de produção altamente competitivo. A Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII) mostra o avanço e a contribuição desta indústria para a produção rentável da sojicultura.

No Fórum Inovação para Sustentabilidade na Defesa Vegetal, organizado pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), debateu-se o tema da inovação para sustentabilidade na defesa vegetal. A entidade criou a área de Inovação e Sustentabilidade para estimular ações sustentáveis e aplicações da ciência na defesa vegetal. Isso auxiliará na criação de uma agenda estratégica de combate às pragas e às doenças, com soluções antecipadas à ocorrência de problemas, de forma coordenada entre órgãos governamentais e a sociedade.

O Caderno Especial da ***Agroanalysis*** deste mês apresenta conteúdo sobre a Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo). Tal entidade reúne associados empreendedores, considerados pelo ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli como "*start-ups* que deram certo" no agronegócio. Levantamento da entidade aponta o ritmo de crescimento do setor e o elevado grau de investimento em pesquisa e desenvolvimento das empresas. A próxima iniciativa é a parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) em um projeto piloto para iniciar a coleta e a destinação apropriada das embalagens de fertilizantes especiais produzidos e distribuídos na cadeia de nutrição vegetal. ■



SUMÁRIO


04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
RODRIGO JUSTUS DE BRITO
COMO DESATAR O CÓDIGO FLORESTAL

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
FECHANDO AS CONTAS

15 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA COMBUSTÍVEIS MAIS CAROS
GANHADORES E PERDEDORES

19 RENOVABIO
INTEGRAR AS POLÍTICAS AGROINDUSTRIAL E ENERGÉTICA

20 CAPA PECUÁRIA DE LEITE
VIRADA NO MERCADO!

22 SUSTENTABILIDADE

22 CAPA OBSERVATÓRIO ABC
NOVO OLHAR PARA O PROGRAMA ABC

25 CONTEÚDO ESPECIAL

25 ANDEF
FÓRUM INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA DEFESA VEGETAL

33 ABISOLO
VII FÓRUM E EXPOSIÇÃO ABISOLO

41 ANPII
A FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO (FBN)

44 FAESP
PELO FORTALECIMENTO DO SEGURO RURAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
SUCESSÃO NO CAMPO

47 PRODUZIR
A UNIÃO DO SETOR PRODUTIVO NO COMBATE À CRISE DA PECUÁRIA

48 OPINIÃO
O PEQUENO É GRANDE

49 REFLEXÃO
SONHANDO ALTO

50 ESTATÍSTICA

# COMO DESATAR O CÓDIGO FLORESTAL

## RODRIGO JUSTUS DE BRITO

PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNMA/CNA)

*DA REDAÇÃO*

Advogado e engenheiro agrônomo, especialista nas áreas ambiental e fundiária, nas quais milita há vinte anos, Rodrigo Justus de Brito é doutorando pela Universidade de Santiago de Compostela (USC), na Espanha. Consultor jurídico e assessor técnico sênior da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNMA/CNA), é responsável pelo acompanhamento dos projetos de lei de interesse do setor rural em trâmite no Congresso Nacional, como aqueles relacionados à implementação e à aplicação das normas ambientais.

COMO ESTÁ A POSIÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)?

**RODRIGO JUSTUS DE BRITO:** O CAR compõe a base de dados para controle, monitoramento, planejamentos ambiental e econômico e combate ao desmatamento, de acordo com o artigo 29 da Lei nº 12.651. A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades e as posses rurais, regulares ou não, devendo ser requerida até 31 de dezembro de 2017. Após esta data, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR.

Os benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA) dependem da inscrição no CAR. Apenas será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no cálculo do percentual da Reserva Legal (RL) do imóvel se o imóvel estiver inscrito no CAR. Assim sendo, os produtores que não cadastrarem seus imóveis terão de possuir distintamente os percentuais de RL, além de toda a APP.



PRORROGAÇÃO NOVAMENTE DO PRAZO DE REGISTRO DO CAR É O CAMINHO?

**RJB:** O interessado em receber os benefícios do PRA possui interesse em registrar o CAR. A maior parte dos produtores que efetivamente comercializam produtos e fazem financiamento já tem sido cobrada pelos adquirentes dos produtos sobre a inscrição no Cadastro. Quanto a essa questão de Organizações Não Governamentais (ONGs) serem contra a prorrogação do prazo no Cadastro, trata-se de um equívoco, inclusive da lei, que vai precisar ser corrigida.

Na verdade, a elasticidade da dimensão dos imóveis rurais tornará, no decorrer do tempo, o prazo para cadastramento em letra morta, em face da sua inaplicabilidade prática, que desvirtua a própria função cadastral, seja ela como título fundiário ou ambiental. Os imóveis rurais, por força da realidade e da legislação fundiária, são passíveis de fusão, incorporação e cisão. Desta forma, o número de imóveis rurais e, consequentemente, de CARs sofre variação com o tempo. Não se deve confundir prazo para os benefícios do PRA com prazo de cadastramento, que não deve possuir data final. Cadastros são dinâmicos e permanentes.

O PRA É OUTRO ESTÁGIO E UMA NOVA DEMANDA?

**RJB:** Sim. É preciso lembrar que a regularização ambiental começa com o cadastramento, o CAR. Após isso, os órgãos ambientais estaduais devem realizar a análise de todos os cadastros inscritos. Este trabalho visa verificar a conformidade e o contraste dos dados apresentados com imagens atuais de satélite e do ano de 2008. Com isso, será possível aferir se o imóvel em tela está regular ou não.

Caso o imóvel possua inconsistências e irregularidades, como os chamados passivos ambientais, que necessitem de correção via o PRA, o produtor terá de fazer adesão a este. Na maioria dos casos, os próprios produtores, por meio do responsável pela elaboração e pela inscrição no CAR, detectam essas irregularidades de antemão e já solicitam no próprio cadastramento a adesão ao PRA. Após a análise do CAR, o produtor será, então, chamado a assinar um Termo de Compromisso (TC) com o órgão ambiental e cumprir os prazos fixados à regularização dos passivos ambientais.

> “CADASTROS SÃO DINÂMICOS E PERMANENTES.”

COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRA?

**RJB:** A situação de implementação do PRA é caótica. A Lei nº 12.651, de maio de 2012, estabelece, em seu artigo 59, o prazo de um ano, contado a partir da data da publicação desta Lei, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do chefe do poder Executivo, para os estados e o Distrito Federal implantarem os PRAs nas posses e nas propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las. Até agora, nenhum estado cumpriu esta determinação.

Alguns estados que avançaram um pouco mais encontram-se com esse procedimento judicializado e paralisado. Como exemplo, tem-se o caso do estado de São Paulo: o CAR ainda não está sendo analisado, em função de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei estadual do PRA, e o sistema está paralisado. A plataforma eletrônica do PRA já está pronta, mas, mesmo assim, não há nenhuma propriedade regularizada no estado de São Paulo. Em Minas Gerais, em diversas ações judiciais, houve julgamentos em que se reconheceu a inconstitucionalidade incidental dos artigos 61 e 67 e de outros dispositivos do novo Código Florestal (CF).

QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DA ANÁLISE DO CAR E DA FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRA?

**RJB:** Como consequência principal, temos a não efetivação da implementação da lei. A atualização do CF teve como objetivo central trazer segurança jurídica ao setor, o qual estava completamente à mercê de normas provisórias (MP nº 2.166-67/01) e de regulamentos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A não análise dos CARs, com a consequente falta dos TCs – análise que que deveria estar ocorrendo, mas não está, inclusive pela falta da implementação dos PRAs –, impede a regularização dos passivos ambientais e das multas.

Dificuldades relacionadas à comprovação da regularidade dos imóveis rurais ocorrerão no médio prazo. Em relação ao crédito rural, por exemplo, a cadeia produtiva – em especial, os financiadores – exigirá a demonstração de regularidade dos produtores, atestada com a homologação dos CARs e a implementação dos PRAs. Em não havendo isso, ela solicitará auditorias ambientais sobre a situação dos imóveis, com aumento dos custos de transação e o aparecimento de novas despesas ao produtor rural.

> “ALGUNS ESTADOS QUE AVANÇARAM UM POUCO MAIS ENCONTRAM-SE COM ESSE PROCEDIMENTO JUDICIALIZADO E PARALISADO.”

EXISTEM IMPACTOS SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 12.651/12?

**RJB:** Com certeza! Há diversas ADIs que, na prática, impugnam toda a Lei nº 12.651, em vista de que o Ministério Público Federal (MPF) busca obter a declaração de inconstitucionalidade de quarenta dispositivos da lei. Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não decide, ações civis públicas e execuções dos Termos de Ajustes de Condutas (TACs) anteriores à lei proliferam. Como os julgados reconhecendo (ou não) a inconstitucionalidade da lei em questão se avolumam, o setor enfrenta extrema insegurança jurídica.

Enfim, a segurança jurídica pretendida com a lei não se efetivou. Desta forma, as lideranças da produção cobram que o ministro Luiz Fux, relator das ADIs no STF, coloque em pauta e julgamento essas ações. São quarenta pontos impugnados. De qualquer forma, seja o julgamento favorável ou não à declaração eventual de inconstitucionalidade de alguns dispositivos, faz-se necessário resolver essa questão o mais rapidamente possível, para uniformizar os entendimentos e evitar essa avalanche de ações judiciais em curso nos estados.

TEMOS OUTROS PROBLEMAS, COMO A BUROCRACIA E A DEMORA DA LICENÇA AMBIENTAL?

**RJB:** Nenhum país do mundo licencia o uso alternativo do solo para agricultura e pecuária. Nem os secretários da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) entendem que esse seja o caminho. Por isso, trabalhamos no Projeto de Lei (PL) nº 3.729, em tramitação no Congresso Nacional, para resolver essa questão. No caso das atividades agropecuárias, a gestão territorial por meio de zoneamento agroecológico ou similar e a maciça adesão dos produtores rurais às boas práticas agropecuárias e ambientais são medidas efetivamente eficazes.

Na verdade, um mero e cartorial licenciamento ambiental pontual de cada propriedade rural, individualmente, não possui relevância prática. Além

disso, é totalmente sem sentido atender todas as limitações de uso do solo rural, já estabelecidas no CF (Lei nº 12.651/12), decorrentes das APPs, RLs e demais áreas de uso restrito, e, ainda, ficar à mercê da discricionariedade do órgão ambiental de autorizar (ou não) o uso alternativo do solo.

> "NA VERDADE, UM MERO E CARTORIAL LICENCIAMENTO AMBIENTAL PONTUAL DE CADA PROPRIEDADE RURAL, INDIVIDUALMENTE, NÃO POSSUI RELEVÂNCIA PRÁTICA."

O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017 ENVOLVE UMA VISITA A TODAS AS SEDES DE IMÓVEIS. É UMA COMPLEMENTAÇÃO DE DADOS?

**RJB:** As informações que o Censo trará serão muito importantes. Quando vemos as informações do CAR, estamos apenas verificando se o produtor está ou não cumprindo integralmente o CF. O Censo Agropecuário trará informações qualitativas e quantitativas relacionadas ao dia a dia, à qualidade de vida e aos problemas do produtor. A visitação dos imóveis, associada ao georreferenciamento das informações, trará a possibilidade de serem desenvolvidas políticas públicas específicas para cada região, de acordo com as suas especificidades e peculiaridades. Pela metodologia apresentada, é possível constatarmos que teremos um produto melhor elaborado do que o dos Censos anteriores e cujas informações deverão aprimorar a preparação dos futuros planos de desenvolvimento agropecuário. ■



# FRASES & COMENTÁRIOS



CLAUDIO AROUCA / HTTP://SNA.AGR.BR/

**O mercado brasileiro de café trabalha com uma demanda de 52 milhões de sacas neste ano: 32 milhões para exportação e 21 milhões para o abastecimento interno. Já a disponibilidade está prevista em 55,5 milhões de sacas, sendo 45,6 milhões de colheita e 9,9 milhões de estoque. Teremos uma oferta curta.**

NATHAN HERSZKOWICZ, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)

A presidência do Codex Alimentarius, além de ganho e oportunidade, é muito bem-vinda para o Brasil, que exerceu seu papel de forma equilibrada, em sinergia com os países-membros.

EUMAR NOVACKI, secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre a nomeação do brasileiro Guilherme Costa para a presidência do Codex Alimentarius

A nova legislação promete modernizar as relações de trabalho, sem precarização do emprego. Novos modelos de contratação, como, por exemplo, o trabalho intermitente, prometem ter impacto direto sobre o setor rural brasileiro.

NILSON LEITÃO, deputado federal (PSDB-MT) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Houve equívocos na divulgação de informações, na operação Lava Jato, sobre as irregularidades da cadeia avícola nacional. Os produtores foram colocados como suspeitos. E perdemos 74 mercados em quatro dias. Tivemos de realizar um trabalho intenso para recuperar estes parceiros, apesar de as fraudes atingirem menos de 1% dos frigoríficos do País.

FRANCISCO TURRA, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

A redução do confinamento bovino deve 'enxugar' a oferta de carne no mercado, assim como um possível aumento na exportação do produto também provocaria uma redução na disponibilidade interna.

ALBERTO PESSINA, presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (ASSOCON)

As vendas externas de cafés especiais, com grãos de qualidade superior e certificados de origem e sustentabilidade, representaram 14,6% das exportações brasileiras no primeiro semestre [deste ano]. Este segmento cresce na demanda dos consumidores mais exigentes.

NELSON CARVALHAES, presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)

Defendemos uma estrutura normativa eficiente, simplificada e moderna, para o setor avançar e aproveitar as suas potencialidades, com respeito aos direitos dos produtores rurais.

ROGÉRIO AVELLAR, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sobre o Projeto de Lei nº 4.060/12, que trata da proteção de dados pessoais e pode influenciar nas atividades do produtor e no desenvolvimento da agricultura de precisão

O Brasil produz cerca de 23 milhões de toneladas anuais das chamadas *minor crops*, principalmente frutas, flores e hortaliças. A legislação precisa aumentar o uso de produtos específicos para as pequenas culturas, com maior integração da indústria e dos órgãos reguladores.

TOM PRADO, coordenador do Grupo Técnico de Fitossanidade da CNA

# FECHANDO AS CONTAS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

SEM SOMBRA de dúvida, o maior desafio do governo Temer na área econômica reside no campo fiscal. Sob essa perspectiva, a queda da inflação abriu espaço para a flexibilização da política monetária ao longo dos últimos meses. Com isso, a tendência da taxa básica de juros – Selic – é de novas quedas até o final do ano, devendo fechar em um dígito.

A dinâmica positiva imposta pela política econômica atual levou a uma restauração da confiança dos agentes econômicos, com uma perspectiva (ainda que tênue) de retomada do consumo das famílias e dos investimentos produtivos. Com isso, a demanda agregada brasileira, que registrou queda contínua desde fins de 2014, tem dado sinais de acomodação, ensejando uma recuperação nos



próximos trimestres. Assim, mesmo que a economia brasileira não exiba crescimento em 2017, a tendência de retomada no ano que vem encontra-se no horizonte.

Do ponto de vista das contas externas, a posição brasileira é confortável ante o saldo comercial positivo e o volume de reservas internacionais. Reflexo disso é o fato de que o País enfrenta uma grave crise política e não se verificou, até o momento, uma fuga de capitais (nas crises da segunda metade da década de 1990 e do início da década passada, isso era uma constante).

Deve ser destacado, nesse sentido, que a crise política tem representado uma espécie de "ruído" junto aos agentes econômicos, não afetando significativamente suas decisões econômicas. Isso ocorre porque a economia tem dado sinais de melhora nos últimos meses e a política econômica deverá ser mantida independentemente da troca de comando no governo. Contribui para isso a perspectiva de novas eleições em 2018, o que indica um horizonte finito e curto para o governo atual.

No entanto, conforme apontado inicialmente, a maior fragilidade do governo atual reside no campo fiscal, particularmente no desajuste das contas públicas do governo federal. Nesse sentido, o governo Dilma imprimiu uma forte aceleração dos gastos públicos desde 2011, o que corroeu de forma paulatina o superávit primário herdado do governo Lula. As manobras executadas na contabilidade fiscal nesse período ocultaram, em grande medida, a gravidade do desajuste que estava em curso naquele período. O estrago na área fiscal começou a ser revelado apenas em 2015, quando Joaquim Levy assumiu o Ministério da Fazenda e tentou imprimir uma política fiscal mais responsável.

O quadro fiscal herdado pelo governo Temer ganhou contornos mais graves tendo em face a recessão em curso no País desde fins de 2014. A queda do produto (e da renda) afetou diretamente a capacidade de arrecadação do governo federal. Os aspectos mais duros desse processo se fizeram sentir sobre a previdência social, uma vez que o aumento do desemprego levou à queda das contribuições previdenciárias, agravando o déficit no sistema. Com isso, o crescimento da dívida pública acelerou, criando preocupações concretas acerca da sua sustentabilidade no médio prazo.

Por conta desses problemas, o governo Temer abraçou uma agenda reformista, contemplando um ajuste estrutural de prazo mais longo. Nesse sentido, além da emenda constitucional que limita os gastos públicos, o governo colocou em pauta a reforma previdenciária, que deveria ser levada para votação no segundo semestre deste ano.

Infelizmente, a crise política detonada há alguns meses passou a envolver diretamente a cúpula do governo, diminuindo significativamente a possibilidade da aprovação de uma reforma dessa natureza no âmbito do Congresso Nacional. Ao que tudo indica, esse será um tema a ser considerado no próximo governo.

Desta forma, tendo em vista o desajuste fiscal atual, a revisão para um Produto Interno Bruto (PIB) mais fraco em 2017 (que afeta diretamente a arrecadação federal) e a reforma previdenciária sendo (ao que parece) inviabilizada, o governo optou pela saída de aumento de tributos.

Com isso, mais uma vez, o peso do ajuste fiscal recai sobre o setor privado, que assiste, novamente, a uma elevação de impostos. E, assim, a carga tributária sofrerá nova elevação neste ano, o que terá efeitos diretos sobre a retomada da economia, uma vez que se tem uma redução da renda disponível, que poderia ser canalizada para consumo ou investimento.

Essa situação reflete, mais uma vez, o quadro de despesas públicas rígidas e crescentes no âmbito do governo federal. Isso, ante a impossibilidade de infundir maior produtividade no setor público, levará a uma situação recorrente de aumento de impostos. As alternativas a essa medida seriam maior inflação ou moratória da dívida pública. Por conta disso, é urgente colocar na pauta de discussões do País um redesenho mais amplo do setor público. ■

morya.

sicredi.com.br




***Fazer juntos por você é*** saber que pequenos negócios movimentam o nosso país.
E que quando sua empresa ganha, a sua região também ganha. Gente que coopera cresce e desenvolve o Brasil.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira* ***cooperativa*** *do Brasil.*

Sicredi

**SAC Sicredi** - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi** - 0800 646 2519.

# AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

## PRESIDÊNCIA DO CODEX ALIMENTARIUS



DIVULGAÇÃO

Com 56% de votos a favor, o brasileiro Guilherme Costa, servidor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi eleito o novo presidente do Codex Alimentarius. Vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e à Organização Mundial da Saúde (OMS), a entidade trata de padrões, diretrizes e recomendações para a segurança, a qualidade e o comércio leal de alimentos dos seus 188 países-membros. É a representatividade do agronegócio brasileiro em nível internacional, que já conta com José Francisco Graziano da Silva na presidência da FAO e Roberto Azevêdo na presidência da Organização Mundial do Comércio (OMC).

## MÉXICO COMPRARÁ GRÃOS DO BRASIL

As estatísticas do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) fazem balanço de oferta e demanda de milho amarelo no México nesta safra 2016/17, a terminar em agosto. Para uma colheita de 27,0 milhões de toneladas, a demanda deverá atingir 39,8 milhões, com importações de 14,8 milhões. A indústria avícola mexicana consome cerca de 10 milhões de toneladas de milho e sorgo por ano, dos quais 40% são importados. O país vive uma relação turbulenta com os Estados Unidos desde que Donald Trump assumiu a presidência.

Uma missão liderada pela Secretaria de Agricultura do México esteve em alguns estados brasileiros, onde manteve reuniões bilaterais e conheceu um pouco melhor as características da oferta.

## RECUPERAÇÃO NA SAFRA DE LARANJA

A safra 2017/18 do principal parque citrícola do Brasil – que engloba 349 municípios de São Paulo e Minas Gerais – mostra recuperação, segundo estimativa do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus). A produção é 14% maior do que a média histórica dos últimos dez anos.

A emissão e o pegamento das floradas, entre os meses de agosto e dezembro de 2016, foram favorecidos pela baixa produção da safra anterior. Isso proporcionou um descanso do ciclo reprodutivo e resultou no aumento das reservas energéticas das árvores do parque citrícola em geral.

**PRODUÇÃO DE LARANJA**
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)

| SAFRA | Número de caixas |
|---|---|
| 2010/11 | 268,30 |
| 2011/12 | 428,00 |
| 2012/13 | 385,40 |
| 2013/14 | 268,40 |
| 2014/15 | 289,90 |
| 2015/16 | 278,90 |
| 2016/17 | 245,30 |
| 2017/18 | 364,47 |

Fonte: Fundecitrus; FEA-RP/USP; FCAV/Unesp

## COMBUSTÍVEIS MAIS CAROS

# GANHADORES E PERDEDORES

FELIPPE SERIGATI[1] BEATRIZ JALBUT[2] KELLEN SEVERO[3]
ROBERTA POSSAMAI[4]

NA SEGUNDA metade do mês de julho, o Governo anunciou a elevação da alíquota de alguns tributos (PIS/COFINS) sobre os combustíveis (gasolina, óleo diesel e etanol). Por trás deste aumento, há a tentativa da equipe econômica de compensar a frustração de algumas receitas que comprometem o cumprimento da meta fiscal do ano (um déficit primário de R$ 139 bilhões). Com o aumento dos impostos sobre os combustíveis, o Governo projeta arrecadar pouco mais de R$ 10 bilhões, neste ano, e mais de R$ 20 bilhões, em 2018. Claramente, esta medida impactará negativamente diversos setores, tais como o setor de transportes e fretes, os elos finais da cadeia de petróleo e seus derivados e os cidadãos que usam com maior frequência seus veículos particulares. Porém, além do Governo, que precisa desse aumento para cumprir a meta fiscal de 2017, há algum outro beneficiário dessa medida? Em termos líquidos, a indústria sucroalcooleira sairá ganhando ou perdendo com a elevação desses tributos?



### POR QUE O GOVERNO TEVE QUE ELEVAR OS TRIBUTOS SOBRE OS COMBUSTÍVEIS?

Ao apresentar o orçamento de 2017, o governo federal comprometeu-se a fazer um déficit primário de "apenas" R$ 139 bilhões. Infelizmente, devido à frustração de algumas receitas extraordinárias – com especial destaque para aquelas advindas de uma nova rodada da repatriação de capital, da reoneração da folha de pagamento, da renegociação das dívidas com empresas (Refis) e da abertura de capital de algumas estatais –, ficou claro que o Governo não conseguiria cumprir a meta fiscal prometida. Apesar de ele ter feito um contingenciamento adicional de R$ 5,9 bilhões, as autoridades econômicas tiveram que recorrer ao aumento de impostos. Foi escolhido elevar os tributos justamente sobre os combustíveis porque estes, em geral, têm grande poder arrecadador; como a sua demanda é bastante inelástica (ninguém reduzirá o número de viagens de carro em 20% se a gasolina ficar 20% mais cara), as pessoas continuarão abastecendo seus veículos, mesmo pagando um preço maior pelo combustível.

Desta forma, o Governo anunciou uma elevação de R$ 0,41 na alíquota do PIS/COFINS sobre o litro da gasolina, bem como sobre o litro do óleo diesel (R$ 0,21) e sobre o litro do etanol junto ao produtor (R$ 0,01) e junto ao distribuidor (R$ 0,20). A partir deste aumento de tributos, o Governo

espera arrecadar, agora em 2017, pouco mais de R$ 10 bilhões e, no próximo ano, um montante superior a R$ 20 bilhões. Nas entrelinhas, isso significa que estes tributos não devem voltar para o patamar original tão cedo...

## QUAL SERÁ O IMPACTO DESSA MEDIDA SOBRE A INFLAÇÃO?

Se o aumento de tributos sobre os combustíveis é uma estratégia rápida e eficaz para o Governo aumentar as suas receitas, por que esta medida não foi adotada antes? Porque, além de impopular, esta medida tem impacto inflacionário, uma vez que os gastos com combustíveis têm peso relevante nos orçamentos das famílias. Ou seja, inflação mais alta e impopularidade eram dois importantes incentivos para o Governo evitar ao máximo esta medida.

Dessa vez, não foi diferente; a elevação dos tributos sobre os combustíveis gerou uma série de críticas ao Governo e deverá pressionar a inflação já no terceiro trimestre. Entretanto, como a inflação está desacelerando fortemente (ao final de junho, o IPCA acumulado nos últimos doze meses estava em 3,00%), havia espaço para adotar medidas que criarão uma pressão adicional sobre os preços.

## POR QUE O GOVERNO PREFERIU NÃO ELEVAR A CIDE?

O PIS/COFINS não é o único tributo que incide sobre os combustíveis. Por exemplo, sobre a gasolina e o óleo diesel incide, também, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). No papel, esta contribuição tem como objetivo incentivar o uso de combustíveis ambientalmente mais sustentáveis (como o etanol), tornando os combustíveis derivados do petróleo mais caros. Logo, como a CIDE não incide sobre o etanol, em geral seu aumento tende a gerar mais benefícios para o setor sucroalcooleiro do que a elevação do PIS/COFINS. De acordo com estudo realizado pelo GV Agro (ver *box*), a cada aumento de R$ 0,10 da CIDE sobre a gasolina, o consumo de etanol pode aumentar até 11,6% se, no momento da elevação dela, o preço do etanol estiver operando

**NOVAS ALÍQUOTAS DO PIS/COFINS E ARRECADAÇÃO ADICIONAL PROJETADA PARA 2017**

| COMBUSTÍVEL | Alíquota atual (R$/L) | Nova alíquota (R$/L) | Arrecadação adicional esperada em 2017 (R$ bi) |
|---|---|---|---|
| Gasolina | 0,3816 | 0,7925 | 5,19 |
| Etanol junto ao produtor | 0,1200 | 0,1309 | 0,11 |
| Etanol junto ao distribuidor | 0,0000 | 0,1964 | 1,15 |
| Óleo diesel | 0,2480 | 0,4615 | 3,96 |

Fonte: Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

**NOVOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS SUPONDO REPASSE INTEGRAL PARA O CONSUMIDOR FINAL**

| COMBUSTÍVEL | Preço (R$/L) original* | Novo preço (R$/L) estimado | Aumento | Variação (%) |
|---|---|---|---|---|
| Gasolina | 3,485 | 3,895 | 0,41 | 11,8% |
| Etanol | 2,423 | 2,633 | 0,21 | 8,7% |
| Óleo diesel | 3,072 | 3,282 | 0,21 | 6,8% |

* Preços médios praticados em 1º de julho de 2017
Fonte: ANP; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

## EM TERMOS LÍQUIDOS, ESSA MEDIDA FOI BOA OU RUIM PARA O SETOR SUCROALCOOLEIRO?

O GV Agro realizou, recentemente, um estudo para estimar a curva de demanda por etanol no Brasil considerando os preços do etanol e da gasolina na bomba, a dimensão da frota de veículos *flex-fuel* e a renda dos domicílios brasileiros. A partir da curva de demanda estimada e supondo um cenário em que os preços da gasolina e do etanol se elevem apenas na magnitude da elevação do PIS/COFINS, projeta-se um aumento de 5,41% na venda de etanol nas bombas pelo País (naturalmente, não de forma homogênea entre as Unidades da Federação). Esta expansão na demanda por etanol proporcionará uma receita adicional de pouco mais de R$ 1,01 bilhão na cadeia deste biocobustível.

Além do cenário-base anterior, é importante simular um cenário no qual o aumento da demanda por etanol cause uma elevação ainda maior no preço deste biocombustível. Se, após a elevação do PIS/COFINS, o preço final do etanol aumentasse até atingir a proporção de 70% do preço da gasolina, o consumidor passaria a pagar, em média, R$ 2,726 por litro do biocombustível. Com isso, a quantidade demandada de etanol ficaria praticamente estável, igual ao nível atual. Porém, o aumento ainda maior do preço injetaria R$ 866 milhões a mais em toda a cadeia agroindustrial de cana até o final do ano.

abaixo do seu nível de equilíbrio relativo (isto é, se o preço do etanol no momento do aumento da CIDE for inferior a 70% do preço da gasolina).

Ora, se o uso da CIDE para aumentar a arrecadação do Governo seria ambientalmente mais sustentável e, ainda, poderia favorecer mais intensamente pelo menos um setor, por que as autoridades econômicas optaram pela elevação do PIS/COFINS? Por duas importantíssimas razões:

- Enquanto a elevação da CIDE entra em vigor apenas noventa dias após a decisão do Governo, o aumento do PIS/COFINS é imediato. Ou seja, neste último caso, o dinheiro entra imediatamente nos cofres do Tesouro Nacional;
- Enquanto a arrecadação da CIDE é repartida entre os estados e os municípios, todo o montante gerado pelo PIS/COFINS fica com o governo federal.

Enfim, embora a CIDE até pudesse ser uma opção mais interessante, a necessidade de recursos para cumprir a meta fiscal falou (e continuará falando) mais alto. ■

---

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-graduanda no curso de Master in Business Economics (MBE) da FGV-EESP

3 Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

4 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

RENOVABIO

# INTEGRAR AS POLÍTICAS AGROINDUSTRIAL E ENERGÉTICA

PLINIO M. NASTARI

Mestre e doutor em Economia Agrícola, presidente da DATAGRO Consultoria e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

EM 8 de junho, o CNPE aprovou as diretrizes do programa RenovaBio, destinado a revitalizar o setor de biocombustíveis no País, no que tem sido considerada pelo ministro Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia, a mais importante iniciativa de sua Pasta. Isso não é pouco, tendo em vista os leilões de concessão e partilha de petróleo – que devem elevar a extração dos atuais 2,7 milhões de barris por dia para mais de 5,0 milhões no prazo de seis anos – ou a reformulação do setor de gás natural e de distribuição de energia elétrica.

Mais do que tudo, o RenovaBio abre a possibilidade de se integrarem as políticas de desenvolvimento agroindustrial e energética, atendendo, ao mesmo tempo, objetivos das políticas industrial, de meio ambiente e de desenvolvimento econômico.

Os produtores de milho almejam elevar a atual produção de milho de 100 milhões de toneladas para mais de 200 milhões em seis a oito anos. As limitações de armazenagem e logística de transporte devem manter-se ou até se agravar, o que significa a perspectiva continuada de preços do grão pressionados na origem. A pergunta é se esses preços pressionados serão suficientes para inibir a expansão projetada, e a resposta é provavelmente não. O milho safrinha é um complemento da renda obtida com o cultivo da soja, e, provavelmente, os produtores irão mesmo trilhar por esse caminho à medida que a produção de soja continue expandindo e a tecnologia para produção de milho continue evoluindo.

Surge como opção economicamente viável a transformação de milho em etanol e DDGS, coproduto rico em fibra e proteína utilizado como ração para bovinos, suínos e aves. Esse movimento já começa a tomar corpo. Na safra 2015/16, a produção de etanol de milho foi de 141 milhões de litros. Em 2016/17, foi de 244 milhões de litros, e, para 2017/18, a estimativa inicial de 324 milhões de litros foi elevada pela DATAGRO para 480 milhões de litros. Em doze meses, este volume pode chegar a 750 milhões de litros.

Essa atividade vai permitir agregação de valor sobre o grão e a possibilidade de se intensificar a produção de proteína, reduzindo a pressão de logística.

O mesmo deve ocorrer com o aumento do esmagamento de soja, atualmente de 40% da produção, mas que pode passar para 65%, o que permitirá que a produção de biodiesel suba dos atuais 3,9 bilhões de litros para 18,0 bilhões. Essa é outra possibilidade estratégica para o País, em vista que estamos importando mais de 1 bilhão de litros por mês de diesel fóssil.

O RenovaBio vai permitir, ainda, a expansão, sem sobressaltos, da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, absorvendo a crescente produtividade agrícola advinda de novas variedades mais produtivas e resistentes a pragas, a doenças e à seca.

A possibilidade de expandir o uso de biocombustíveis sem subsídios e sem a necessidade de criação de imposto sobre o carbono é o que o RenovaBio deve estabelecer. O programa tem como pilares a indução a ganhos de eficiência energética na produção e no uso de biocombustíveis e o reconhecimento da capacidade de cada biocombustível de contribuir para o atingimento da meta de descarbonização. ■

PECUÁRIA DE LEITE

# VIRADA NO MERCADO!

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

ALCIDES TORRES
Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

OS PREÇOS do leite ao produtor caíram no final do primeiro semestre, pondo fim ao movimento de alta que perdurava desde o início do ano. Ainda assim, para 2017, a expectativa é de um lucro nos sistemas de média, alta e baixa tecnologias.

A produção aumentou com o clima favorável na região Sul do País. Nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, também houve aumento, em função da queda nos custos da dieta.

Além disso, a demanda fraca na ponta final da cadeia pressionou para baixo as cotações da matéria-prima não só na fazenda, mas em outros elos da cadeia, como os produtos lácteos no atacado e no varejo.

Em maio, segundo o Índice Scot Consultoria para a Captação de Leite, a produção de leite cru (média nacional) aumentou 1,4% em relação a abril. Em junho, na comparação mensal, houve incremento de 1,8% na captação brasileira. A expectativa é de aumento da produção em todas as regiões no curto e no médio prazos.

Desta forma, para o pagamento de julho, 6% das empresas de laticínios pesquisadas acreditam em alta de preço ao produtor, 33% em manutenção e os 61% restantes na queda nos preços do leite. Para o pagamento de agosto, 85% das indústrias apontam para recuos nos valores pagos ao produtor e o restante fala em manutenção das cotações.

O tom do mercado é de queda. A intensidade dos recuos será determinada pelo ritmo de crescimento da produção e pelo consumo neste segundo semestre. É importante destacar que o tempo mais seco e as quedas na temperatura já diminuíram a capacidade de suporte das pastagens no Brasil Central e na região Sudeste. Isso, de alguma maneira, deverá impactar a oferta de leite, até a retomada das chuvas.

De qualquer maneira, o milho e o farelo com cotações menores deverão permitir a manutenção e/ou o incremento da produção nessas regiões. No Sul do País, a produção deverá continuar em alta neste mês e no próximo, com a ajuda das pastagens de inverno e da queda nos custos da dieta.

## ANÁLISE DA MARGEM DE RENTABILIDADE

O otimismo verificado no primeiro semestre deu lugar a incertezas para a segunda metade deste ano. A razão consiste no fato de o mercado do leite ter perdido sustentação mais cedo, em função da demanda fraca e da retomada da produção. Com relação à demanda, não é esperada melhoria ou recuperação do consumo interno, em função da situação econômica vigente, nem crescimento das exportações.

Já a produção de leite, no quarto trimestre, com a chegada das chuvas, deverá vir com força. Este já é o período de safra em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, e a expectativa é de redução da margem com a comercialização do leite. Apesar da queda na cotação, os custos de produção caíram em uma proporção maior, com a manutenção crescente da

**ESTADO DE MINAS GERAIS: ESTIMATIVA DE MARGEM DE LUCRO DO PRODUTOR DE LEITE (R$ POR LITRO)**

| | Custos | | | Receita | | | Margem | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Sistemas de produção** | 2016 | 2017* | Var. | 2016 | 2017* | Var. | 2016 | 2017* | Var. |
| **Média/alta tecnologia (25,0 mil litros por hectare/ano)** | 1,180 | 1,101 | -6,7% | 1,205 | 1,220 | 1,2% | 0,025 | 0,119 | 376,0% |
| **Baixa tecnologia (1,5 mil litros por hectare/ano)** | 1,070 | 1,025 | -4,2% | 1,085 | 1,121 | 3,3% | 0,015 | 0,096 | 540,0% |

* Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

margem do produtor em junho e julho. A cotação do leite ao produtor caiu 1,5% nesse período, enquanto os custos de produção recuaram 5,8%.

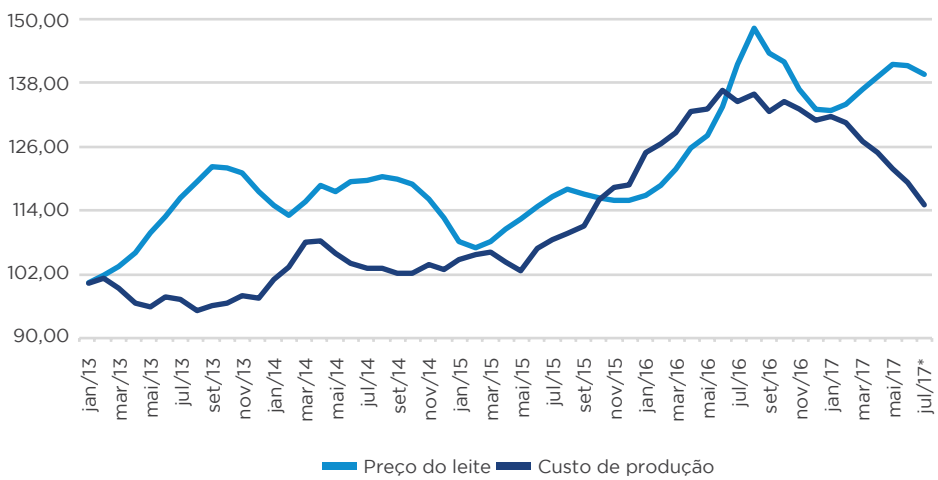
No curto e no médio prazos, a expectativa é de interrupção na queda dos custos de produção, com a possibilidade de até haver aumento, diante do cenário firme de preços para os farelos e a melhoria do desempenho da exportação. Desta forma, com as prováveis quedas de preços ao produtor, a margem da atividade leiteira deverá estreitar-se neste mês e nos próximos dois meses.

A partir daí, com as chuvas regulares e a retomada do vigor das pastagens, os custos de produção deverão cair devido a uma necessidade menor, por exemplo, de suplementação do rebanho. Ou seja, a situação da margem para o produtor dependerá do ritmo de queda nos preços do leite durante a safra no Brasil Central e na região Sudeste.

A expectativa é de estreitamento das margens nos próximos meses, mas o cenário deverá ser melhor do que o verificado no segundo semestre do ano passado, quando os custos de produção em alta prejudicaram o resultado da atividade.

Em 2017, a estimativa é de um lucro de R$ 0,119 por litro de leite nos sistemas de média a alta tecnologia e de R$ 0,096 por litro nos sistemas que adotam pouca tecnologia. No ano passado, os lucros médios foram de R$ 0,025 por litro e R$ 0,015 por litro para média/alta tecnologia e baixa tecnologia, respectivamente. ■

**PREÇO DO LEITE AO PRODUTOR *VERSUS* CUSTOS DE PRODUÇÃO (BASE 100 = JANEIRO DE 2013)**




* Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

OBSERVATÓRIO ABC

# NOVO OLHAR PARA O PROGRAMA ABC

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS
Diretor sócio da MB Agro

EM 2010, o governo brasileiro criou uma linha de crédito que seria uma das soluções para o produtor rural desenvolver a sua atividade com menos impacto ambiental, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Este programa foi criado para conduzir o Brasil a um modelo de produção mais sustentável, visando à meta de redução de 134 milhões a 163 milhões de toneladas de gás carbônico ($CO_2$) equivalente até 2020.

Passados sete anos, a iniciativa ainda não deu os resultados imaginados. O Programa nunca conseguiu atingir a tomada integral dos volumes de recursos disponibilizados nas suas linhas de crédito. O melhor índice ocorreu na safra 2012/13, quando se alcançaram 90% de tomada dos recursos disponibilizados. Desde seu lançamento – no Plano Safra 2010/11 – até junho de 2016, foram contratados R$ 13,8 bilhões dos R$ 20,5 bilhões disponibilizados pelo Programa ABC. A partir disso, a pergunta a ser feita seria: quais são os principais gargalos para a ampliação da efetividade da política pública, posto que o Brasil possui grande volume de área degradada com potencial para investimentos robustos para ampliação de tecnologias de baixo carbono? Este artigo traz os resultados do estudo produzido para o Observatório ABC – do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro) – que procurou ajudar a responder essa questão.

A ideia foi analisar as áreas consideradas prioritárias para o Programa ABC. Embora o conceito preciso de área prioritária não tenha sido explicitado nos textos originais do Programa ABC, as entrevistas com os autores da iniciativa tornaram claro que o critério adotado para a seleção das áreas foi o de lotação das pastagens. Utilizando o número de cabeças por hectare, adotou-se o índice limite de 0,7 cabeça por hectare. Áreas com lotação inferior a este limite seriam, então, consideradas prioritárias para a atuação do Programa ABC. Com esse conceito em mente, os estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), da Universidade Federal de Goiás (UFG), constataram que o total de área a ser priorizada para a agricultura de baixo carbono seria de aproximadamente 52 milhões de hectares de pastagens degradadas.

Os levantamentos anuais realizados pelo Observatório ABC apontaram que muitas das áreas prioritárias foram justamente aquelas com as menores demandas por esse tipo de crédito.

Os resultados apontaram que o critério adotado de baixa produtividade das pastagens é um parâmetro técnico que não enxerga a natureza dos riscos percebidos pelos produtores rurais, o que torna o modelo pouco atrativo. Entre estes elementos, estão risco climático, logística, infraestrutura, entre outros.

Todos estes elementos de risco podem levar a um endividamento dos produtores rurais. É difícil imaginar que, por exemplo, em regiões com precipitação média anual abaixo de 700 mm, sem logística de escoamento da produção, sem a presença de oferta farta de calcário e fertilizantes, faça sentido aos pecuaristas intensificar as suas produções agrícola e pecuária.

É importante ter em mente que essa constatação torna o conceito de áreas prioritárias essencialmente dinâmico. À medida que as regiões se

desenvolverem, elas podem passar a receber novos investimentos. A melhoria logística de diversas regiões de fronteira permitirá que o risco econômico se dilua. Melhores estradas reduzem o custo logístico para transportar insumos modernos e elevam o preço recebido da produção agrícola ou pecuária. A combinação desses movimentos permite maior receita e diluição do risco econômico.

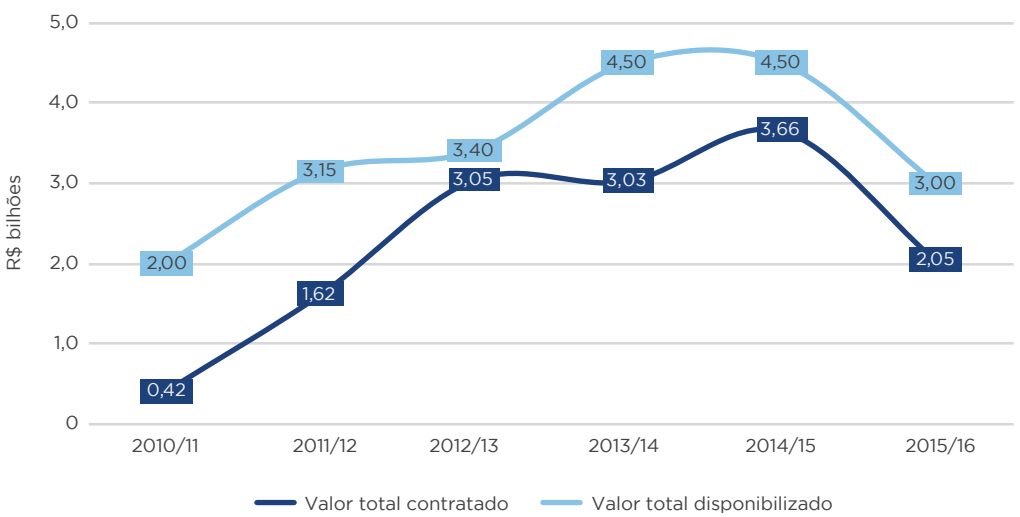
Outra maneira proposta pelo trabalho a fim de ampliar a tomada de recursos e o sucesso do Programa ABC pode estar no seguro rural. A redução do risco percebido pelo produtor para a adoção de tecnologias que elevem a produtividade das pastagens degradadas por meio da garantia de renda mínima, promovida pelo seguro rural, seria essencial para o sucesso do Programa ABC nas áreas prioritárias.

Há outras razões para a redução na tomada de recursos que, em verdade, permearam todas as linhas de crédito de investimento. Nas duas últimas safras, houve aumento significativo na taxa de juros reais para o crédito rural. A elevação dos juros básicos, associada à queda da inflação, tornou os juros reais muito elevados, especialmente para os projetos nas regiões de maiores riscos. Além disso, a valorização do real frente ao dólar e a recessão econômica produziram queda relevante no preço dos grãos e das carnes. Esse cenário restringe a decisão de investimento, o que afeta todas as linhas de crédito de longo prazo. Em suma, o trabalho conclui que a baixa adesão ao crédito está muito mais relacionada com a demanda do que com a oferta de crédito.

É preciso, também, considerar que a burocracia das linhas ABC constitui fator limitante para a tomada de recursos, sendo todo o processo para a aprovação do crédito bastante moroso.

Em linhas gerais, o trabalho apontou que não há um acompanhamento da implantação do Programa ABC nas áreas prioritárias, nem um arranjo institucional que coordene as ações e as políticas públicas relacionadas à inteligência territorial. É preciso remodelar esse conceito, incorporando critérios econômicos. Não se pode esquecer nunca dos estudos de viabilidade econômica e que o fator econômico é o principal influenciador no processo decisório sobre o crédito rural. Se quisermos avançar com a agricultura de baixo carbono no Brasil, precisamos considerar a conta econômica dos produtores. ■

**PROGRAMA ABC: VALOR TOTAL CONTRATADO *VS.* VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO**




Fonte: BB; BNDES; Sicor

Soluções em

# gestão para cooperativas



Desenvolver as cooperativas paulistas é a nossa missão. Oferecemos ferramentas de acompanhamento da gestão, consultoria especializada em cooperativismo e soluções sob medida que fazem a diferença na vida dos produtores rurais cooperados. Saiba o que o Sescoop/SP pode oferecer para sua cooperativa: **(11) 3146-6200 ou atendimento@sescoopsp.coop.br**

**SESCOOP/SP**

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo

**DESENVOLVENDO AS COOPERATIVAS PAULISTAS**

GERARDO LAZZARI




# FÓRUM INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA DEFESA VEGETAL

## ABERTURA

**MÁRIO VON ZUBEN**
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL (ANDEF)

Recém-criada na Andef, a área de Inovação e Sustentabilidade atua em prol do estímulo às ações sustentáveis na defesa vegetal e à aplicação de ciência. Isso auxilia na criação de uma agenda estratégica de combate às pragas e às doenças, com soluções antecipadas em relação à ocorrência de problemas, de forma coordenada entre órgãos governamentais e a sociedade. Os desafios são grandes. O primeiro passo foi montar este fórum.

Teremos inicialmente duas apresentações de produtores rurais sobre o tema "Como as novas tecnologias impactaram minha vida", e, a seguir, o jornalista William Waack coordena os debates com os nossos convidados.

**ALEXANDRE SEITZ**
AGRICULTOR EM GUARAPUAVA, NO ESTADO DO PARANÁ

Os nossos principais cultivos são: milho e soja, no verão; trigo, cevada, aveia e trigo-mourisco, no inverno; e alguma safrinha de feijão, após o milho. Refugiada da Segunda Guerra Mundial, a minha família veio para o Brasil na década de 1950. Iniciamos a atividade em 1986, numa área de 50 hectares cedida pelo meu avô. Hoje, cultivamos em torno de 2.100 hectares entre as safras de inverno e verão. Com trabalho intensivo e investimento pesado em fertilizantes, fazemos sempre rotação de culturas sem pousio. Nesse período, a produção por hectare passou de 3,6 mil toneladas para 7,2 mil, no milho, e de 2,5 mil para 4,5 mil, na soja. Nos cereais de inverno, seguimos no mesmo ritmo.

Na área de inovação tecnológica, temos como gargalo a morosidade e a demora de registro das novas moléculas. Então, com o aparecimento de outras pragas e doenças, os controles não são aqueles que buscamos. Como trabalhamos em clima tropical, com produção e controle sanitário durante o ano todo, precisamos de mais agilidade e rapidez.

Podemos citar como modelos da inovação essas novas misturas triplas de produtos fungicidas e inseticidas. A aplicação de insumos em taxa variável, junto com a subsolagem para a descompactação do solo e a manutenção da palha na cobertura do solo, faz parte dos nossos desafios.

Como um ser vivo que bebe e não come, a planta precisa absorver essa solução de solo com água e nutriente, sem escorrimento e erosão. Junto com as correções, calagem e gessagem, montamos um sistema técnico bem-sucedido. Temos de colocar a semente em cada lugar para conseguirmos melhores arranjos e espaçamentos das plantas. O sistema de plantio direto trouxe muitos benefícios para os agricultores, enquanto a rotação de culturas produz a palha e controla o avanço e a resistência das plantas daninhas.

Se nós dobrarmos a produtividade das lavouras na nossa propriedade, devemos prosseguir na tentativa de produzir mais com menos. No futuro, a disponibilidade das terras férteis estará cada vez mais perto do limite.



GERARDO LAZZARI



GERARDO LAZZARI

**JOSÉ EDUARDO SOARES JUNIOR**

AGRICULTOR EM LUCAS DO RIO VERDE, NO ESTADO DE MATO GROSSO

Participamos das primeiras culturas de soja em Mato Grosso. Foi uma história difícil, com falta de estrutura em todos os sentidos. A persistência e a vontade de vencer transformaram aquele estado no maior sojicultor do Brasil. Surgiram cidades que fazem parte da lista dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) deste País.

Nos primeiros vinte anos, o crescimento na produtividade da soja em Mato Grosso foi de 132%. Estimávamos estar, agora, com uma produtividade de 70 sacas por hectare, mas estagnamos próximo de 50 sacas por hectare. Enquanto isso, os resultados do concurso do Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) mostram números acima do dobro disso.

Técnicos, consultores e produtores discutem sobre essa situação. Mas, entre as várias respostas formuladas, podemos garantir a produção de grãos baseada na monocultura. Pragas migraram de outras culturas para a soja, enquanto outras, consideradas secundárias, tornam-se as principais razões da perda de produtividade.

Nesses últimos quinze anos, surgiram diversas tecnologias, com as máquinas e os implementos mais modernos, além de novas cultivares mais precoces e produtivas. Entre os químicos, apareceram os inseticidas de maior eficiência, enquanto as misturas de fungicidas ajudaram muito no controle da ferrugem na soja.

De um modo geral, os custos totais de produção, em sacas de soja, ficaram muito próximos da receita com a média colhida, quando consideramos o arrendamento da terra, a prestação de serviços mecanizados e o custo de oportunidade do capital investido na terra, dentre outros fatores. Isso é preocupante.

Adquirimos a fazenda Capuaba em 1981, de 1.800 hectares, sendo 1.200 hectares de culturas anuais, considerada uma propriedade média para Mato Grosso. No final da década de 1990, começaram os prejuízos, com a ocorrência de nematoides. Mudamos o sistema de rotação de culturas, com o aporte de plantas de cobertura. Hoje, plantamos dezesseis culturas na propriedade.

Dividimos a propriedade em grandes talhões. Saímos de um sistema com pouca diversidade para outro com o máximo de plantas possível. Fomos para raízes pivotantes, fasciculadas e rasas, capazes de explorar um perfil maior do solo, de até 2,5 metros de profundidade. Reciclamos nutrientes, como nitrogênio, potássio, cálcio e magnésio. Esse complexo de raízes aumenta a diversidade de substâncias orgânicas excretadas pelos sistemas radiculares, com melhoria da atividade biológica.

Imitamos a natureza e levamos em consideração as características do solo e do clima de um país tropical. Isso trouxe um grande salto em produtividade e rentabilidade, com sustentabilidade.

Apesar de ser a principal cultura da propriedade, deixamos de plantar a soja todo o ano, para introduzir o feijão-carioca irrigado em pivô central e, agora, o feijão-caupi. Trabalhamos com as famílias leguminosas, gramíneas, crucíferas, *Polygonaceae* e *Asteraceae* (girassol e níger). Participamos de um *benchmarking* em que comparamos os nossos dados com outras 45 propriedades da mesma região. Nas sete safras, apresentamos a maior lucratividade com a cultura de soja.

### ARNALDO JARDIM

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

É muito importante quando as entidades, além de defenderem os seus associados, apresentam temas de interesse para toda a sociedade. A inovação e a sustentabilidade têm tudo a ver com os desafios do setor agropecuário. Daí a defesa da Ciência ser o passaporte para o reconhecimento e a chegada de novas moléculas, para incorporarmos os avanços científicos fundamentais no progresso do nosso agronegócio.

GERARDO LAZZARI




### WILLIAM WAACK

É uma alegria assistir às apresentações do Alexandre e do José Eduardo. Ficamos com a sensação de um Brasil que chegará lá. Uma forma de olhar para o futuro e para frente.

Dividiremos esta conversa em dois segmentos lógicos e simples. O primeiro é uma avaliação dos impedimentos para outros produtores conseguirem os mesmos resultados desses dois palestrantes. O segundo, o trecho maior, trata do que pode, deve e está sendo feito para mudar esse quadro.

### EDUARDO LEDUC

A nossa indústria não existiria sem as inovações aplicadas e mostradas nas apresentações do Alexandre e do José Eduardo. Eles inovam a ação no campo. O sucesso da indústria não existiria sem isso. Olhamos a agricultura e o Brasil, mas não podemos olhar só um setor. Há dez anos, ocupávamos a posição 40 no Índice Global de Inovação; hoje, somos o número 69. Andamos para trás, com algumas ilhas de excelência na Embraer e na agricultura. Temos casos, mas faltam uma cultura e uma orientação sobre inovação.

## DEBATEDORES

**Eduardo Leduc**, presidente do Conselho Diretor da Andef

**Alan Bojanic**, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil

**Jorge Caetano Júnior**, secretário substituto da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA)

**Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira**, coordenador-geral de Saúde e Biotecnologia da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SEPED/MCTIC)



GERARDO LAZZARI

**Edivaldo Domingues Velini**, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Botucatu

**Rodrigo Justus de Brito**, presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNMA/CNA)

Em grande parte, a inovação de tecnologias vem de fora para o Brasil. Isso não tem nenhum problema, porém não é suficiente. A agricultura tropical depende muito da forma de utilizar e combinar essas inovações, numa agricultura intensiva e sustentável. Mesmo no agro do Brasil, sentimos a falta de uma agenda estratégica da inovação para direcionar os poucos recursos em termos financeiros e profissionais.

Crescemos em produtividade, com uso de boas práticas, mas, diante da intensificação da agricultura brasileira, para atender a demanda do mundo, a velocidade aumenta e precisamos ser rápidos em inovação. O CESB mostra agricultores em rompimento com a barreira de 100 sacas por hectare de soja. Em outras culturas, isso também ocorre.

No caso de pragas e doenças, é inaceitável a morosidade de sete anos em média, para, depois de solicitar o registro, o agricultor acessar moléculas que já perderam e podem perder a eficiência de forma rápida. Essa realidade atrapalha a inovação em termos de critérios rígidos e científicos. Registramos um produto, por emergência, quando uma catástrofe acontece na lavoura, sem colocação de prioridade. O senso de urgência precisa caminhar junto. A ideologia existente conflita com a Ciência e a Pesquisa. A sustentabilidade da agricultura não existirá sem inovação.

### WILLIAM WAACK

Esperamos que o apego a essas ideias erradas, chamadas de ideologia, seja derrotado nessa crise. Como temos dúvidas, perguntamos se seria o caso de a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mudar essa mentalidade da falta de cultura com relação à inovação.

### RODRIGO JUSTUS DE BRITO

Como executor, o *locus* da política pública é o poder público. No caso da inovação, a nossa legislação de defesa vegetal é de 1934. Na parte dos instrumentos regulatórios, temos as discussões atuais no Congresso Nacional, como a Lei de Proteção de Cultivares e a Lei dos Agroquímicos. Vemos um *gap* nesses trabalhos. O Código Florestal, uma discussão importante para o produtor, ficou dezessete anos em debate no Congresso, enquanto a lei de acesso a recursos genéticos demorou dezesseis anos. As forças políticas movem-se a favor e contra desse processo. Precisamos reciclar

a cabeça do povo e da mídia brasileira. A notícia de que um cidadão brasileiro bebe 7 litros de veneno por ano, de certa forma, é uma campanha contra a inovação.

Como instituição, o papel da CNA é apresentar propostas técnicas no Congresso. Na década de 1970, o Brasil era importador de produtos alimentícios. Apesar de sermos autossuficientes hoje, estamos na zona de risco, com um *timing* lento de aprovação de novas tecnologias. Como as pragas e as doenças criam resistências, os produtos perdem eficiência e surgem pressões para os registros de produtos. Nos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), enquanto demorávamos na legalização, a soja transgênica da Argentina entrava contrabandeada no Brasil. Precisamos de uma política pública clara em relação à questão da inovação, com estabelecimento de prazos e segurança para o produtor.

**WILLIAM WAACK**

Não vemos esse nó desatando muito rápido. O que o Governo e os Ministérios dizem a respeito disso?

**JORGE CAETANO JÚNIOR**

O cidadão não entende dessas políticas públicas e questões privadas sobre tecnologia. Entre os principais produtos da pauta brasileira de exportação, de outros lugares vieram o café (Etiópia), a laranja (China) e a cana (Índia). O mesmo aconteceu com o frango, o suíno e o bovino. A tecnologia foi importante para produzir e adaptar estes gêneros às condições nacionais. Logicamente, a legislação nessa área envolve debates no Congresso Nacional.

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) busca reduzir os riscos de ingresso e fomentar o controle e a erradicação de novas doenças e pragas. Para fazer essa administração, precisamos de pessoas. Acontece que, de maneira geral, muitos outros órgãos públicos passam por carência de mão de obra, até mesmo para desenvolver a automação. A situação complica-se porque não há tempo para esperar um equilíbrio natural entre o hospedeiro e o parasita.

**WILLIAM WAACK**

Como representante que nos vê de fora, nessa perspectiva de olhar a nossa situação a partir de outro ângulo, o Alan, quem sabe, pode decidir essa questão.

**ALAN BOJANIC**

É uma grande ideia debater o tema da inovação e da sustentabilidade neste evento. Os *benchmarks* de produtividade apresentados pelos produtores foram bem oportunos. As novas projeções de crescimento populacional apontam 11 bilhões de pessoas no mundo para 2050. Tivemos a Revolução Verde dos anos 60 do século passado. Agora, vivemos a Revolução Verde 2.0 ou a 4ª Revolução Industrial, com a introdução das tecnologias da Biotecnologia e da cibernética, mais o uso de *drones* e a gestão de *big data*.

Vemos com otimismo essas safras recordes registradas no Brasil, mas precisamos colocar bem essa questão do aumento da produtividade e da diminuição do desperdício. Cabe uma premiação para os produtores que façam as duas coisas. A cultura da inovação envolve, também, o uso mais eficiente de água e energia. Da mesma forma, devemos incluir como prioridade a agregação de mais valor aos produtos agropecuários. O Brasil possui esse desafio de gerar e exportar conhecimentos das inovações nessas áreas.

**WILLIAM WAACK**

Gostaríamos de ouvir a Academia sobre como gerar e exportar conhecimento sobre inovação. Os próprios agricultores reconhecem que não podem fazer isso sozinhos.

**EDIVALDO DOMINGUES VELINI**

Os gráficos de produtividade da soja mostram agregação de renda e competitividade pela agricultura por meio da produção, da qualidade e da inovação. Apenas inovamos com qualidade, que tem como um dos principais atributos a sustentabilidade. A produção de alimentos precisará de produtividade. O estoque mundial de cereais é

suficiente para suprir o consumo mundial em três meses. É assustador pensar em qualquer interrupção nesse processo.

A inovação pode ser de produto, processo, organização e comunicação. Maior produtividade da soja significa inovação de produto e processo. Nosso grande desafio é a inovação de organização e comunicação. Eventos como esse são fundamentais para articular os atores. Harmonizar e aprimorar as leis deveriam ser tarefa cotidiana seja para agrotóxicos, biotecnologia, nanotecnologia ou agricultura de precisão.

O marco legal de biotecnologia apoia-se em comitês técnicos, com revisão de conceitos e incorporação de novas informações. Uma lei rígida e antiga não consegue fazer isso. Hoje, 80% dos pesquisadores do Brasil estão na Academia, enquanto, nos países mais inovadores, 80% estão nas empresas.

GERARDO LAZZARI



A interface público-privada é fundamental para conseguirmos inovação.

Temos três conceitos fundamentais a serem lembrados: eficiência, eficácia e efetividade. Eficiência é fazer uma boa gestão de recursos; eficácia é fazer a gestão de recursos com objetivos; e a efetividade é alcançada quando os objetivos são verdadeiros, efetivos e legítimos. Então, ciência faz-se com eficiência e eficácia; inovação só se faz com efetividade.

### LUIZ HENRIQUE MOURÃO DO CANTO PEREIRA

Tivemos uma revisão recente do chamado Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), que é a Lei nº 13.243, de janeiro de 2016, em fase atual de regulamentação. Existem boas vontades e intenções, mas os recursos são limitados. A inovação não está na Academia e no Estado, mas no setor produtivo. Em relação aos *benchmarks* internacionais, o Brasil está bem do ponto de vista da Ciência, mas pecamos na missão de levar benefícios para a sociedade, por não aceitarmos riscos e fracassos.

Estamos num momento de crise profunda. O orçamento atual do MCTIC corresponde a um terço do exercício de 2013. Há uma necessidade de parcerias e ações coordenadas. Temos alguns encaminhamentos como a Comissão Interministerial com o MAPA e outros órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

### WILLIAM WAACK

Não há recursos, mas precisamos de parceira. A inovação está no setor produtivo, mas os pesquisadores estão na Academia. Como ficam as nossas cabeças?

### RODRIGO JUSTUS DE BRITO

O desenvolvimento tecnológico de sementes vem da iniciativa privada. O gargalo é do ponto de vista normativo. O Governo não gera tecnologia, mas regula o seu uso. A questão é menos orçamentária e mais político-institucional. O Estado precisa

priorizar novas tecnologias, como no caso de produtos agroquímicos mais modernos.

Nos últimos anos, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou mais de quinze novas tecnologias, enquanto a China, compradora dos produtos brasileiros, aprovou apenas três. Deve haver um trabalho de relações exteriores para os países importadores autorizarem a compra de *commodities* com produtos que possibilitam menor custo de produção. Os produtos genéricos possuem um limite, pois chegam a um ponto em que não funcionam quando as pragas e as doenças adquirem resistências.

### WILLIAM WAACK

Quando falamos em parceria, exageramos quando pensamos que o setor privado anda bem, mas, ao bater na porta de um órgão público, tudo começa a complicar?

### EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Produzir e explorar inovação são questões diferentes. Como a tecnologia possui prazo de validade, precisamos trabalhar com análise crítica e fundamentada em risco. De acordo com a Emenda Constitucional nº 85, de 2015: "O Estado, na execução das atividades previstas no *caput* [ciência, tecnologia e inovação], estimulará a articulação entre os entes, tanto públicos como privados, nas diversas esferas de governo". Quando construímos as interfaces público-privadas, com o uso do melhor de cada um, não há limitação de recursos para ensino, pesquisa e inovação.

### JORGE CAETANO JÚNIOR

Essas parcerias entre o público e o privado devem definir os desafios mais importantes a enfrentar. Nesse caso, é importante dizer o que não é prioridade, porque o recurso público é finito, seja de pessoal ou financeiro.

### WILLIAM WAACK

Voltamos a falar sobre visão estratégica?

### EDUARDO LEDUC

Ao fazermos a introdução de forma tardia no mercado, o prazo para explorar o valor da inovação diminui muito. Também o período de recuperar o investimento fica menor, devido ao sistema regulatório e à dinâmica das pragas e das doenças. A onda de consolidações das empresas para buscarem sinergia é um sintoma claro de que o setor privado não está bem diante dessa situação. Existe, ainda, o capital envolvido com a extensão dos vencimentos e a inadimplência na comercialização dos produtos.

Há dificuldade do setor privado em colocar objetivos comerciais nas parcerias com a Academia. Existe um paradigma contra a inovação ser protegida pela patente e a propriedade intelectual. Expor que aquilo gera riqueza e lucro parece antagonismo. É muito grande a distância existente entre a inovação acadêmica e a demanda da agricultura moderna, intensificada e tropical. Trabalhamos em alguns focos de pesquisa muito mais para comprovar a eficiência dos produtos do que para gerar a tecnologia. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) criou um setor específico para tratar disso, porque, dentro da estrutura atual, não conseguiria avançar.

Não adianta construir um laboratório e dizer que a inovação está estabelecida. Há um processo nisso, com envolvimento de educação, orientação, foco, financiamento de longo prazo e valor de mercado para o usuário final. O fim é uma molécula, um produto, uma tecnologia nova.

Escrever uma agenda estratégia de inovação no agro é fácil. Pode ser feita com profissionais que estão aqui reunidos. Em um mês de trabalho, geraremos materiais. Se nossos poucos recursos forem bem direcionados, com resiliência, num plano de dez anos, o Brasil dará um show para o mundo. Precisamos ser protagonistas e escrever a legislação brasileira de agricultura.

### EDIVALDO DOMINGUES VELINI

O Brasil faz mais ou menos 3% da ciência mundial, mas produz 0,4% das patentes. O setor agro apropria e explora inovações, mas, em geral, o Brasil possui dificuldade em transformar pesquisa em inovação. Mais complexa, a inovação, além de ter

o conhecimento científico, precisa conhecer o mercado. As estruturas de conhecimento enfrentam dificuldades para organizar essas interfaces em redes. Muitas vezes, a parceria nem é necessária para ter recurso, mas sim para que a iniciativa privada diga "isso é importante e vale a pena ser trabalhado".

**RODRIGO JUSTUS DE BRITO**

Essas tecnologias que buscam registro e autorização de uso, na verdade, são tropicalizadas; uma adaptação que veio de fora. Dado o poder discricionário do Estado, de deixar ou não ser utilizado algo, é que deve haver, por parte do Governo, uma resposta 'sim' ou 'não' para cada pedido, seja da semente ou do agroquímico – uma autorização em um tempo razoável de forma que a tecnologia não se defase.

## ENCERRAMENTO

**EDUARDO LEDUC**

Esperamos que tenham percebido a nossa preocupação com o tema da inovação. Como foi mencionado, temos a questão da imagem. É difícil trabalhar esses dois públicos, o rural e o urbano. Nosso cliente direto está no interior e no campo. Da mesma forma, investimos para que ele entenda, aprenda e use essas novas tecnologias, havendo a mudança de pensamento e de percepção de uma sociedade. Isso não é uma missão de um setor; é de todos.

Esforçamo-nos para trazer produtos mais modernos e melhores para os produtores continuarem a aumentar a produtividade. Essa tecnologia precisa estar comprometida com a ética, a qualidade e a imagem do alimento brasileiro no mundo. Ao realinharmos e reestruturarmos a Andef, colocamos esse pilar de ciência na regulamentação e na inovação para alavancar a agricultura brasileira.

Todos estarão envolvidos e convidados, daqui para frente, à discussão desse tema da agenda de inovação na agricultura brasileira. Dispomo-nos a participar, contribuir e gerar esse discurso. Muito obrigado! ■



GERARDO LAZZARI

FELIPE MONTEJANO - LZP PRODUÇÕES




# VII FÓRUM E EXPOSIÇÃO ABISOLO

COM MAIS de 600 participantes, entre 5 e 6 de abril último, aconteceu em Campinas-SP a **sétima edição do Fórum e Exposição Abisolo.** Trata-se de um dos mais importantes eventos para a divulgação das inovações tecnológicas e do conhecimento na área de Nutrição Vegetal. Além das palestras realizadas no Fórum, houve, ainda, uma exposição de 43 empresas do setor.

Na abertura do Fórum, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), **Clorialdo Roberto Levrero**, conclamou todos os empresários e líderes do segmento a se unirem para fortalecer o agronegócio de forma geral. "Acreditamos na necessidade de o consumidor final conhecer melhor os nossos trabalhos nas indústrias, bem como dos agricultores nas fazendas. Conseguiremos fazer isso com união. Por isso, a agricultura e os produtores de insumos devem caminhar com ideais comuns", afirmou Levrero.

Já o diretor do Instituto Agronômico (IAC), **Sérgio Augusto Morais Carbonell**, em nome da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, destacou a contribuição da tecnologia de nutrição para o crescimento da produtividade da produção agrícola brasileira. "Temos o registro de algumas culturas com aumento de até 30% na produtividade quando em comparação com a existente há trinta anos", comentou Carbonell.

Na palestra "Mecanismos de Atuação dos Biofertilizantes", o professor **Átila Francisco Mógor**, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), discorreu sobre os avanços da pesquisa com plantas tratadas com extrato de alga. "Além de estimular o seu crescimento, atenua os efeitos de estresse hídrico ou de salinidade das plantas", concluiu Mógor.

A apresentação do professor **Paulo Roberto de Camargo e Castro**, da Escola Superior de

Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), intitulada "Efeitos dos Aminoácidos na Produtividade", mostrou o desafio de respostas mais eficientes das plantas com relação às aplicações de aminoácidos, como, por exemplo, o aumento do teor de potássio. "É o caso do uso de aminoácidos para estimular o crescimento das células na soja", observou o palestrante.

## CRESCIMENTO DE 23% PARA 2017

Feita com base nas informações fornecidas por cerca de 150 empresas, a pesquisa projetou para a indústria brasileira de fertilizantes especiais um faturamento bruto de R$ 7,1 bilhões para 2017. "Isso representará uma expansão de 23% sobre os R$ 5,8 bilhões apurados em 2016", mostrou Anderson Ribeiro, diretor de Comunicação Social da Abisolo.

"Entre o final do ano passado, quando foi feito o levantamento, e o atual momento, houve uma piora na percepção do mercado em razão de alguns fatores: queda nos preços de soja e milho; dúvida com relação ao crédito; e incertezas no cenário político", comentou Ribeiro. Apesar disso, é notória a sequência de bons resultados: em 2016, o setor cresceu 12% em relação a 2015, depois de ter tido uma evolução de 13% de 2014 para 2015.

O total de empregos foi estimado, no ano passado, em 17 mil postos de trabalho, com crescimento anual de 18%, apesar dos recordes negativos de desemprego registrados no País. "Trata-se de emprego qualificado, pois o nosso profissional



FELIPE MONTEJANO - LZP PRODUÇÕES

Fortgreen®

TRAZENDO **INOVAÇÃO,**
ESPALHANDO **TECNOLOGIA** E
AUMENTANDO **PRODUTIVIDADE.**

www.fortgreen.com.br /FortGreenBR

gasta até metade do seu tempo para esclarecer o agricultor sobre as formas de aplicar os produtos", acrescenta Ribeiro.

A pesquisa constatou, também, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) feitos pelo setor. "O levantamento mostrou uma aplicação anual de 5% do seu faturamento em P&D, o equivalente a R$ 314 milhões. Há segmentos, como o de fertilizantes orgânicos e organominerais, nos quais a taxa de investimento chega a 6%", informa Ribeiro.

No segundo dia, houve duas palestras. A primeira, "CETESB – Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos", foi proferida pelo gerente de Desenvolvimento da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), Alfredo Carlos Cardoso Rocca. E a segunda, "Principais alterações nas Instruções Normativas e suas Consequências para o Setor", ficou a cargo do coordenador do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária (DFIA/SDA), Hideraldo Coelho.

Com relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Abisolo, em parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), montou um projeto piloto para iniciar




FELIPE MONTEJANO - LZP PRODUÇÕES



# BIOVALENS É A NOVA EMPRESA DO GRUPO VITTIA

A compra da Biovalens dá sequência à estratégia do Grupo Vittia de crescer de forma orgânica e inorgânica. O Grupo Vittia possui seis unidades industriais. Dedicado à produção de insumos de alta tecnologia para a agricultura moderna, conta com diversos produtos nas linhas de adjuvantes, acaricidas/fungicidas, condicionadores de solo, controles biológicos, fertilizantes foliares, fertilizantes organominerais, micronutrientes granulados e sais para a agricultura e a pecuária.

Agora, a Biovalens compõe o Grupo, que conta também com a Biosoja, a Granorte e a Samaritá. Desta forma, o desenvolvimento da vertente de controle biológico dá um salto importante.

A nova empresa traz para o grupo capital intelectual, inteligência produtiva e um portfólio importante de produtos, alguns já com registros e outros em estágios avançados do processo de regulamentação.

"Esta transação está em sintonia com o planejamento estratégico da empresa, que tem inovação, tecnologia e sustentabilidade como pilares da sua estratégia de longo prazo", afirma Wilson Romanini, diretor presidente do Grupo Vittia. Ele prevê que, em 2020, a área de biológicos, com produtos para controle de pragas e doenças e inoculantes, passará a representar 25% do faturamento do Grupo, que deverá alcançar a marca de R$ 800 milhões.

VITTIA
GRUPO

Biosoja Agrociência · Samaritá Agrociência · Granorte Fertilizantes · Biovalens Biotecnologia

um processo de coleta e destinação apropriada das embalagens de fertilizantes especiais produzidos e distribuídos na cadeia de nutrição vegetal.

De acordo com o presidente do inpEV, o engenheiro agrônomo João Cesar Rando, inicialmente foram selecionadas três centrais de triagem das embalagens, localizadas em Rondonópolis-MT, Patrocínio-MG e Ponta Grossa-PR, com quatorze postos de recolhimento. A expectativa é de se recolherem 60 toneladas por ano. "O projeto teve ampla receptividade tanto por parte dos produtores rurais destas regiões, quanto de revendedores e distribuidores dos produtos", explicou Rando.

Na área de fiscalização de insumos agrícolas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pretende harmonizar as informações contidas nos rótulos dos fertilizantes especiais para facilitar a parte operacional dos fabricantes. "O objetivo do Ministério é estudar, junto com a Abisolo, uma forma de padronizar os termos, de forma a possibilitar abreviaturas dos termos colocados nos rótulos dos produtos. Em relação às questões mais complexas, que não possam ser colocadas nos rótulos, para dirimir as dúvidas, deixaremos uma área reservada no site do MAPA", completou Coelho.

## *START-UPS* QUE DERAM CERTO

No encerramento do Fórum, houve um debate, coordenado pelo consultor Ivan Wedekin, da Wedekin Consultores, com a participação de Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura, Marcelo Augusto Boechat Morandi, chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Marcos Fava Neves, consultor da Markestrat, e Arnaldo Jardim, secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.

De forma geral, as manifestações foram no sentido de o setor de Tecnologia em Nutrição Vegetal continuar na vanguarda em termos de fomentar a

FELIPE MONTEJANO - LZP PRODUÇÕES



inovação tecnológica para estimular o agronegócio brasileiro a se manter competitivo no cenário global. Alysson Paolinelli fez um relato histórico sobre a trajetória e as tendências futuras do seguro e do crédito agrícolas, chamando a atenção, também, para a necessidade de o agronegócio defender o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O ex-ministro da Agricultura enfatizou, também, o papel importante que a Abisolo desempenhou no atual cenário: "vocês da Abisolo são *start-ups* que deram certo! São empreendedores do agronegócio".

Arnaldo Jardim, por sua vez, ratificou a necessidade de se dar atenção especial à inovação e à tecnologia, destacando o papel desempenhado pela Abisolo. "Nesse sentido, a Secretaria busca sempre incentivar ações voltadas para inovação, tecnologia e criatividade, tendo metade dos aplicativos para dispositivos móveis desenvolvidos nos últimos tempos em São Paulo sido para uso na agricultura", afirmou o secretário de Agricultura.

Marcelo Augusto Boechat Morandi ponderou sobre a necessidade do trabalho conjunto entre governo e iniciativa privada, de forma colaborativa, na busca pela inovação tecnológica, fator-chave para a competitividade.

"Apesar de enfatizar a sua importância, a tecnologia que trouxe o agronegócio até aqui não bastará no futuro se não for considerada a questão da eficiente comunicação com o consumidor final", lembrou o chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente. Ao finalizar, Morandi declarou: "nesse particular, vale recordar uma frase do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que afirmou que nós do agro não sabemos conversar com o povo brasileiro".

Já o consultor Marcos Fava Neves fez um balanço da economia brasileira e do agronegócio de forma específica, passando a mensagem de que o cenário geral atual é bem melhor do que o do ano passado. ■



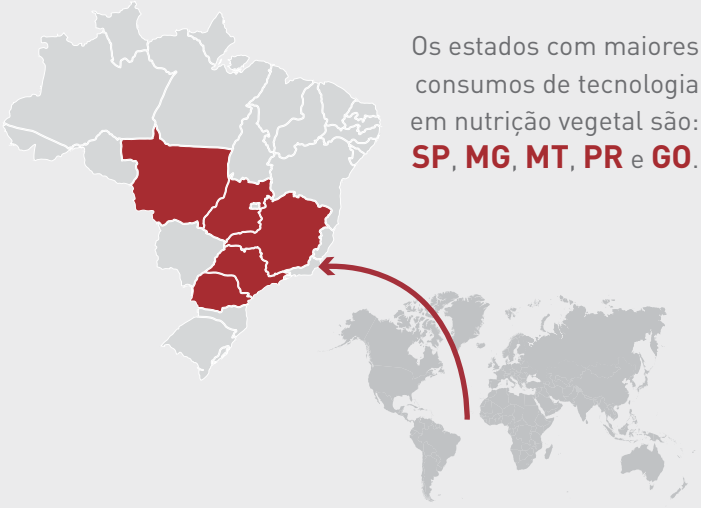
EM FOCO

# INDÚSTRIA DE **TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO** VEGETAL



## SÃO 459 EMPRESAS

fabricantes de tecnologia em nutrição vegetal no Brasil, atuando em 19 estados e no Distrito Federal.



Os estados com maiores consumos de tecnologia em nutrição vegetal são: **SP**, **MG**, **MT**, **PR** e **GO**.

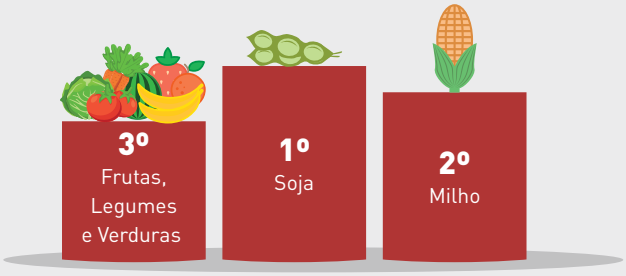
## QUE GERAM

Mais de **17 MIL** empregos no Brasil

**R$ 5,8 MILHÕES** de faturamento

**R$ 314 MILHÕES** de investimento

## NAS **CULTURAS** DE:




## NOS **SEGMENTOS** DE:

**70,4%** Fertilizantes foliares

**13,2%** Fertilizantes organominerais

**9,4%** Condicionadores de solo

**4,0%** Fertilizantes orgânicos

**3,0%** Substratos para plantas

FONTE
ANUÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL - 2017

WEBSITE
abisolo.com.br/anuario

REALIZAÇÃO
abisolo


Sicoob Consórcios.
Cabe no seu bolso,
Cabe na sua vida.

São diversas opções de consórcios, de acordo com o seu objetivo, sem juros e com as melhores condições. Você ainda conta com a solidez da maior instituição financeira cooperativa do Brasil.

**Acesse sicoobconsorcios.com.br para saber mais ou fale com o seu gerente.**

SICOOB
*Faça parte.*

ADENILSON SANTANA



*Diferença visual da ação do inoculante em soja*



ADENILSON SANTANA

*Nódulos nas raízes de soja*

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES E IMPORTADORES DE INOCULANTES**

# A FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO (FBN)

JUNTAMENTE COM a fotossíntese, a FBN é um fenômeno natural que capta o nitrogênio existente no ar e o torna disponível para as plantas como nutriente. Para administrar com mais eficiência este processo, foram desenvolvidas tecnologias para a seleção, a multiplicação e a veiculação das bactérias. Isso gerou um produto denominado inoculante, um dos grandes responsáveis pela produção rentável de soja no Brasil.

Para consolidar a produção de inoculantes, as empresas produtoras criaram, em 6 de julho de 1990, a Associação Nacional dos Produtores de Inoculantes, que, mais tarde, abrangeu também os importadores, passando a se denominar Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII).

Atualmente, a ANPII congrega dez empresas, com participação em torno de 80% dos inoculantes comercializados no País. Ao longo do tempo, a Associação firmou-se como legítima representante da classe, em torno de pontos e interesses comuns, com representação junto aos órgãos de governo e atuação nos eventos técnicos e regulatórios referentes ao setor.

Em uma nova fase, a Associação inicia o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, na fase pré-competitiva, entre todas as empresas, as universidades e os institutos, visando diminuir os custos de desenvolvimento e potencializar a capacidade do corpo técnico hoje existente nas empresas.

## IMPORTÂNCIA DO INSUMO

Os benefícios do inoculante para as agriculturas brasileira e mundial podem ser medidos por meio de diversos parâmetros: economia direta para o agricultor; obtenção de divisas para o País; e significativos ganhos ambientais.

A soja, por ser uma planta produtora de um grão com elevado teor de proteína, necessita em torno de 240 kg de nitrogênio para produzir 3.000 kg (média brasileira por hectare). Isso equivale a cerca de 600 kg de ureia, no valor aproximado de R$ 900,00 para o agricultor. Esse mesmo efeito ocorre com a utilização do inoculante, com custo em torno de R$ 12,00 por hectare. Esses valores dão uma clara dimensão da importância do inoculante para a rentabilidade do agricultor e a competitividade da soja brasileira.

Como o Brasil importa 75% do nitrogênio usado nas suas lavouras, constatamos a enorme economia proporcionada pelo produto biológico. São mais 20 milhões de toneladas por ano de importações com ureia, o correspondente a 666.000 viagens de caminhão, em circulação pelas congestionadas estradas nacionais. A economia anual com uso do inoculante passa de US$ 8 bilhões.

No que se refere ao meio ambiente, a contribuição dos inoculantes também é significativa: cada 1 kg de nitrogênio aplicado na lavoura emite, em toda a cadeia, 4,2 kg de gases do efeito estufa, enquanto as emissões pelo uso do inoculante são insignificantes.

Em vista de todas essas vantagens, com o espírito esclarecido do agricultor brasileiro, a produção de inoculantes apresenta um crescimento constante tanto em qualidade, como em quantidade. Com reconhecimento mundial, o insumo biológico hoje oferecido ao agricultor brasileiro é de elevado padrão de qualidade, seja pelo material genético das bactérias selecionadas pela pesquisa, seja pelo que resulta do processo desenvolvido pela indústria, de modo a proporcionar elevada rentabilidade ao agricultor.

## HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

A produção de inoculantes no Brasil teve início em 1956, na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, no laboratório Leivas Leite, com orientação do Dr. João Ruy Jardim Freire, da Secretaria de Agricultura do estado. Mas, foi na década de 1970, com a rápida expansão da sojicultura, que novas indústrias do insumo se instalaram em outros estados.

A partir da tecnologia desenvolvida pelo então Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), diversas empresas nos estados do Paraná e de São Paulo passaram a produzir inoculantes, para abastecer a sojicultura crescente na região Centro-Oeste.

Inicialmente, era produzido somente na forma de pó, tendo, então, as empresas desenvolvido produtos de mais fácil aplicação. Desta maneira, chegou-se ao inoculante na forma líquida, com abrangência em torno de 70% do mercado. A evolução prosseguiu. O inoculante em pó passou a utilizar turfas de melhor qualidade e maior aderência.

**BRASIL: EVOLUÇÃO DAS DOSES VENDIDAS**




| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total | 20.220 | 16.345 | 15.962 | 22.201 | 30.334 | 36.838 | 44.431 | 50.844 |

Fonte: ANPII

Queremos ressaltar o profundo comprometimento das empresas produtoras de inoculantes. Por meio dos tempos, elas souberam sintonizar-se com as crescentes necessidades de qualidade nas modernas lavouras brasileiras.



Solon Araujo

Tivemos grandes evoluções. A concentração do produto passou de 100 milhões de bactérias por grama para patamares entre 5 bilhões e 10 bilhões de bactérias por grama ou mililitro. O inoculante produzido exclusivamente em pó, veiculado em turfa, evoluiu para os produtos líquidos, mais fáceis de serem utilizados. Da aplicação em sementes, evoluiu para o sulco de plantio.

Os corpos técnicos das empresas contam com profissionais de gabarito, desenvolvendo não só atividades de produção, mas também de pesquisa e desenvolvimento, atestando o elevado padrão tecnológico da indústria de inoculantes.

Assim como os caminhos seguidos pela soja, a história da FBN faz parte do Brasil que está dando certo. Somando competências e esforços, as instituições públicas e privadas investem em pesquisa e desenvolvimento. Com isso, encontram meios para maximizarem o proveito de um fenômeno biológico natural.



José Roberto Pereira de Castro

Esse é um grande exemplo de contribuição de forma decisiva para a sustentabilidade da produção da agricultura nacional. Os enormes benefícios do uso de inoculantes hoje obtidos pelos produtores de soja, pouco a pouco, estão sendo estendidos para diversos outros cultivos.

Os ganhos possíveis e potenciais são gigantescos. A ANPII tem a missão de servir como catalisadora do processo de geração e difusão de tecnologias que contribuirão para o contínuo sucesso do agricultor brasileiro.

E novas formas de aplicação apareceram, inclusive para aplicação antecipada à data de semeadura.

Assim, passou-se a ter inoculante de qualidade desde a pesquisa até o ponto final da cadeia. Como o agricultor brasileiro adotou plenamente essa técnica, o País assumiu a posição de líder mundial no uso de FBN.

Mas, a produção de inoculante, embora seja predominantemente dirigida para a soja, não se limita a esta leguminosa. Feijão-caupi, amendoim, trevos, alfafa e outras culturas também se beneficiam da FBN. Mais recentemente, uma novidade foi incorporada ao ferramental à disposição do agricultor: inoculantes para gramíneas. Com funcionamento diferente em relação ao que ocorre nas leguminosas, trata-se de um inoculante mais focado no desenvolvimento da planta como um todo e, hoje, já é usado em mais de 2 milhões de hectares nas culturas de milho, arroz, trigo e pastagens.

A indústria de inoculantes progrediu *pari passu* com a evolução da cultura de soja. Conforme a produtividade da leguminosa e a área plantada cresceram, os insumos comercializados no Brasil pelas empresas filiadas à ANPII também deram largos passos em qualidade e quantidade. O agricultor, em todos os recantos do País, conta com a garantia de receber um produto de elevada qualidade.

A tendência é crescente no uso do produto. Depois das quedas registradas entre 2010 e 2011 em função dos problemas registrados na agricultura e na economia, a produção retomou um ritmo crescente, para atender a demanda dos agricultores brasileiros. ■

**Diretoria**

**Presidente:** José Roberto Pereira de Castro
**Vice-presidente:** Guilherme Figueiredo
**Secretário:** Roberto Berwanger Batista
**Tesoureira:** Andreza Percechitto
**Secretário executivo:** Solon Araujo

**Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes**
**Sede: Rua Doutor Barros Monteiro, 261, sala 5 - CEP 13073-240 - Campinas - SP**
**Site: www.anpii.org.br**

# PELO FORTALECIMENTO DO SEGURO RURAL

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A CRIAÇÃO do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em 2003, trouxe muita esperança quanto à emergência do instrumento no âmbito da política agrícola. Apesar dos problemas iniciais e do orçamento modesto, a trajetória do Programa foi promissora até 2009.

A partir desse ano, a descontinuidade do orçamento passou a ser uma constante. Em 2013/14, houve uma recuperação, mas a incerteza quanto à execução orçamentária retornou nos anos seguintes, inclusive na presente safra.

A atividade agropecuária é de alto risco, por ser condicionada por fenômenos climáticos e biológicos, sabidamente incontroláveis. Além disso, muitos fenômenos meteorológicos ocorrem com intensidade e extensão que configuram situações catastróficas. Essa característica adiciona um componente de incerteza ao seguro, afetando o equilíbrio da carteira das seguradoras diante de eventos de grande severidade.

Por essa razão e, principalmente, porque a agricultura é estratégica para a segurança alimentar, muitos países sustentam políticas públicas de apoio às atividades agropecuárias, com instrumentos de crédito, seguro e garantia de preços, notadamente.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o seguro rural é considerado um instrumento neutro, por não distorcer o sistema de preços do mercado. Isso significa que o seguro não traz incentivos artificiais à produção e, portanto, pode ser utilizado pelos países sem ensejar contestação ou violação às regras de comércio.

Não por acaso, os EUA deram uma guinada na sua política agrícola em direção a um conjunto de instrumentos de seguro tanto de produtividade, quanto de garantia de margem, receita ou faturamento agrícola.

Diferentemente do que ocorreu nos EUA, onde o seguro rural ganhou participação no orçamento do Departamento de Agricultura (USDA), o Brasil encontra dificuldades para elevar a dotação orçamentária do PSR e viabilizar um espaço maior ao seguro rural no âmbito da política agrícola nacional.

Os resultados do Programa em 2016 evidenciaram que é possível aumentar a eficiência na aplicação dos recursos, mas, quando se compara o número de produtores atendidos pelo PSR com o número total de produtores, percebe-se o quão desamparada está a nossa agropecuária.

As estatísticas oficiais revelam, somando os programas do governo federal, que menos de 18% da área de produção nacional contam com algum tipo de seguro ou proteção.

Portanto, se desejamos apoiar efetivamente o segmento que dá sustentação às cadeias produtivas do agronegócio, é fundamental ampliar os investimentos nos mecanismos de gestão de risco.

Em tese, o Governo concorda com a posição da FAESP, mas a prática é diferente. No nosso ponto de vista, o Governo deveria aumentar o orçamento e a participação do seguro rural no âmbito da política agrícola, de modo a viabilizar proteção para milhões de produtores que abastecem a população e geram empregos, renda e desenvolvimento.

Recursos existem; basta eleger as prioridades e fazer as escolhas certas. Não temos dúvida de que o setor agropecuário é a escolha certa. Logo, resta indagar: quando teremos seguro rural acessível a todos os produtores? ■

ABCBio
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CONTROLE BIOLÓGICO

&

informa AGRO

APRESENTAM:

# Fórum Brasileiro de Biodefensivos

**29 E 30 AGOSTO | 2017**

**PULLMAN VILA OLÍMPIA SÃO PAULO - SP**

## Um encontro exclusivo sobre controle biológico para toda a cadeia do agronegócio!

## Aguardamos a sua presença!




Para receber mais informações:
Guilherme Costa
E-mail: agro@informa.com
Telefone: (11) 3017-6820

Para receber informações sobre opções de patrocínio ao evento:
Kelly Naomi
E-mail: kelly.naomi@informa.com
Telefone: (11) 3017-6843
Celular: (11) 98389-5172

Confirme a sua participação no Facebook

Use o leitor de QRcode do seu Smartphone

**www.informagroup.com.br/biodefensivos**

PATROCÍNIO MASTER: KOPPERT BIOLOGICAL SYSTEMS

APOIO: BIOAGRI AGORA É MERIEUX NutriSciences

APOIO ESPECIAL: IEG | FNP Agribusiness intelligence | informa

REALIZAÇÃO: ABCBio · informa AGRO · informa

APOIO INSTITUCIONAL: ABIFINA · ANDAV · ANDEF · ESALQ Tec · AGRO CHEMICALS · IBD CERTIFICAÇÕES · ibs · SINDIVEG · SRB · UNICA

APOIO DE MÍDIA: agranja · AGROANALYSIS · Agro · AgroPages.com · Revista AgroRevenda · CanaMix · mundocoop · TERRAGRIA

DIÁRIO DE BORDO

# SUCESSÃO NO CAMPO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A EVOLUÇÃO tecnológica da agropecuária brasileira é indiscutível, e há muito pouca gente contestando este fato. Aliás, qualquer cidadão medianamente informado sabe da importância que o setor rural tem para a economia, seja do ponto de vista do suporte para o crescimento do PIB, seja na formação do saldo comercial, seja também no aspecto social – em um momento de dramático desemprego, nos últimos anos o campo continuou empregando. A mídia tem informado adequadamente os números de cada um desses indicadores, de modo que o agro ganhou reconhecimento pelo que vem fazendo, graças, principalmente, à tecnologia tropical sustentável aqui desenvolvida e aplicada e aos mercados dos países emergentes que, até agora, tem sido demandantes de alimentos, energia e fibras.

A campanha "Agro é Pop", da Rede Globo, levada ao ar todos os dias em horário nobre, por sua vez, tem contribuído para mostrar a ligação de qualquer pessoa – mesmo a mais empedernida urbana – com a atividade produtiva rural.



E isso exige, a cada dia, maior profissionalismo no agro, razão pela qual vem ganhando relevância um tema central: a sucessão no campo ou, melhor, sucessão no agronegócio, porque a questão não está localizada apenas nas fazendas, mas também nas associações, nos sindicatos e nas cooperativas agropecuárias.

Nestas entidades de classe, há uma tendência sutil de permanência de lideranças. A dispersão física dos agricultores ajuda para que isso aconteça. Fica difícil participar de assembleias e reuniões, os associados vão se acomodando, e os dirigentes também. O tempo passa, e, de repente, as pessoas se dão conta de que o "chefe" está na cadeira dele há três, quatro ou mais mandatos, sem se preocupar com a sucessão e, muito menos, com a formação de lideranças mais jovens e capacitadas para substituí-lo. Isso não é bom, mesmo que o líder seja muito capaz e faça ótimo trabalho. O rodízio de lideranças é sempre positivo, areja as instituições e traz novas visões e maneiras de enfrentar os desafios.

A reforma trabalhista recém-decidida no Brasil trará alguma turbulência nessa tendência, especialmente nos sindicatos, com a mudança na contribuição sindical.

Mas, é nas fazendas que o tema ainda está demorando para destravar. Não que os veteranos produtores se neguem a incorporar inovações técnicas: eles já sabem que, sem tecnologia, não terão produtividade nem competitividade e ficarão para trás.

O difícil é mudar mecanismos de gestão, tão importantes ou mais do que as novas técnicas. Hoje, não é possível ter sucesso sem gestão comercial refinada, sem gestão fiscal e tributária, sem conhecer custos de produção em detalhes. Gestões financeira, ambiental e de recursos humanos, gestão de risco, tudo isso faz parte do dia a dia de qualquer produtor rural.

E os jovens formados nas faculdades de Ciências Agrárias estão mais esquipados do que os seus antecessores nessas questões. É por isso que é cada dia mais importante montar mecanismos de sucessão no campo. É compreensível que os velhos dirigentes de fazendas se sintam ainda capazes e que terão sempre razão enquanto tudo estiver dando certo, isto é, lucro. Também se entende que não queiram parar. Todos repetem o velho refrão "quem não anda desanda". Por isso, é difícil que entreguem a gestão aos filhos, mas a rapidez das mudanças está exigindo uma sucessão bem organizada no campo. ■

PRODUZIR

# A UNIÃO DO SETOR PRODUTIVO NO COMBATE À CRISE DA PECUÁRIA

TERESA VENDRAMINI

Pecuarista e diretora do Departamento de Pecuária da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

EM MARÇO deste ano, passei a comandar o Departamento de Pecuária da SRB, missão suficientemente desafiadora pela complexidade do setor e pelo peso de estar à frente de uma entidade quase centenária. Nascida em Adamantina, pequena cidade do interior de São Paulo, faço parte da terceira geração de uma família há oitenta anos atuante no agronegócio. Minha caminhada como pecuarista foi marcada pela capacidade de inovar e me reinventar, características essenciais para ganhar espaço em um mercado cada vez mais competitivo. Cheguei à SRB junto com a nova Diretoria, empossada em março de 2017, num ano bastante desafiador para o setor.

Estruturar ações de pecuária no Brasil é tarefa árdua e requer planejamento e responsabilidade. São 165 milhões de hectares de ocupação para um rebanho de 220,6 milhões de cabeças, além de um potencial de mercado para ser reconhecida pelo mundo como modelo de atividade produtiva e sustentável. Entretanto, observamos, nos últimos meses, nossa pecuária envolvida em sérias denúncias, como o escândalo da JBS, a operação Carne Fraca e o embargo norte-americano. O setor mergulhou em uma crise que não afeta a qualidade do produto brasileiro, mas compromete a credibilidade de nossas instituições nos mercados internacionais.

O momento delicado expõe a necessidade de unir as lideranças da cadeia produtiva em prol da retomada da confiança e da força da pecuária. No mês passado, abrimos as portas da SRB para representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) responsáveis pelo Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Entendemos que o futuro da pecuária deve ser livre de vacinação, mas encaramos o plano como ambicioso. Para a SRB, os integrantes da cadeia produtiva vão precisar superar grandes desafios para colocarem em prática a principal meta do Programa: fazer do Brasil um país livre de febre aftosa e eliminar a vacinação até 2023. Levantamos questões cruciais, como o custo para implementação das propostas e a infraestrutura sanitária do Brasil em caso de novo foco da doença. Mais importante do que marcar o posicionamento da SRB é propor um ambiente aberto para que o produtor rural interaja, questione e compartilhe sua realidade com o Governo.

A SRB propôs, também, ao governo federal e ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, promover alterações imediatas na estrutura de fiscalização sanitária em todo o Brasil. Algumas soluções passam por alternativas como a mudança no modelo de inspeção, além da criação de uma Corregedoria para prevenir, inibir e investigar os funcionários que cometam irregularidades.

Seguiremos liderando ações efetivas em nome da SRB e do seu Departamento de Pecuária, privilegiando sempre o diálogo e o respeito a opiniões conflitantes. Os próximos meses serão marcados por reuniões com lideranças de associações, conselheiros, produtores rurais, acadêmicos e especialistas, a fim de debatermos soluções para a retomada da credibilidade da pecuária brasileira. ■



OPINIÃO

# O PEQUENO É GRANDE

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O BRASIL é o país das grandezas e do pentacampeonato mundial de futebol, onde o segundo lugar é considerado o primeiro dos últimos. Geralmente, se valoriza o que é grande, deixando em segundo plano o pequeno. Isso se aplica à agropecuária. O governo federal prioriza os maiores e separou os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Em São Paulo, fazemos o caminho inverso. Os institutos de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) não estão exclusivamente focados nos grandes. Boa parte das pesquisas impacta diretamente a atividade dos pequenos produtores e dos agricultores familiares, que representam 84,2% das propriedades rurais paulistas e 47% das brasileiras e que respondem por 70% da produção de alimentos.

É quem põe comida na nossa mesa! São produtores que trabalham com mão de obra familiar e sem acesso a recursos tecnológicos e técnicos.



Por isso, têm baixa de produtividade, preocupando organismos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a todos nós.

Devemos dar atenção a essa categoria: ao aproximar a pesquisa da extensão rural, foi considerada um dos quatro pilares definidos pela SAA junto com o governador Geraldo Alckmin. Se o pequeno não produzir, colocará em risco o abastecimento de alimentos. Serão inaceitáveis as concentrações fundiária e de renda.

Novas variedades de feijão IAC – para se juntarem ao carioquinha –, tropicalização da fruticultura e produção sustentável de leite são exemplos de pesquisas dos nossos institutos.

O Programa de Sanidade em Agricultura Familiar (PROSAF) já auxiliou mais de 2.500 produtores a melhorarem as suas sanidades vegetal e animal. O controle biológico de pragas reduziu em até 80% o uso de agroquímicos. O Programa Aplique Bem treinou mais de 60 mil aplicadores de agroquímicos, melhorando a eficácia destes e preservando a saúde e a qualidade dos alimentos.

A SAA desenvolveu o sistema de busca de editais "Edital Paulista", facilitando a venda do pequeno agricultor no contexto das compras públicas.

A atenção ao pequeno produtor não é conversa fiada! A SAA desburocratizou suas ações com o Programa Agrofácil. Com o GEDAVE, sem sair de casa é possível obter Guias de Transporte Animal (GTA) e a Permissão de Trânsito de Vegetais (PVT). Isso reduz tempo. E tempo é dinheiro! A nova legislação facilitou regularizar ou desenvolver a piscicultura nas pequenas propriedades.

Demanda das Câmaras Setoriais, logo teremos nova legislação para produtos artesanais, aumentando a participação de pequenas agroindústrias e facilitando o registro no rigoroso Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), que zela pela qualidade dos alimentos.

O FEAP/BANAGRO incentiva e facilita a obtenção de créditos para a compra de equipamentos, tecnologias e máquinas. De 2011 a maio de 2017, foram R$ 704,48 milhões em empréstimos com juros zero ou subsidiados e subsídios para seguro rural.

O emancipador Projeto Microbacias II amplia a competitividade e proporciona acesso ao mercado a agricultores familiares de 294 associações e cooperativas, além de 47 projetos quilombolas e indígenas, num total de R$ 199,5 milhões, impulsionando o pequeno a voar alto.

O pequeno, muitas vezes, foi usado como tema de discursos ideológicos, resultando em políticas assistencialistas sem efetividade. Por conta de sua área de trabalho familiar, não é "café com leite". Tratemos o pequeno de modo profissional. Ele precisa e quer respeito e condições de emancipação. ■

REFLEXÃO

# SONHANDO ALTO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*A cabeça que encontra solução é a mesma que elabora o problema.*

**Leandro Karnal**

ENTRAMOS NO inverno de 2017 otimistas com a produção de grãos e de outros produtos, mas nem tanto com os preços e decepcionados com a sequência de problemas nas cadeias produtivas de carnes. No campo da política, nos encontramos desesperançados com as incertezas do desastre político-partidário brasileiro. A sensação é de atraso nas reformas fundamentais ao País, com um cenário de desavenças no mundo superior da Justiça. As expectativas são de que o processo de limpeza ética e moral não se torne um palco de vaidades, que somente auxilia aqueles que praticam malfeitos.

O inverno do brasileiro vem, também, na sequência de um outono úmido e de péssimas notícias. Nos meses que faltam para a primavera, nossos sonhos desaparecerão, tomados por pesadelos?

O governo brasileiro de transição deveria entregar a correção dos rumos das políticas econômica e energética. O que estaria conseguindo! Para isso, foi fundamental arregimentar a maioria dos parlamentares no Congresso Nacional, base para a aprovação de decisões importantes à recuperação da economia brasileira. Nesse caso, as reformas trabalhista e da previdência seriam excepcionais.

A estratégia de um governo de coalizão às vésperas de um processo eleitoral a se iniciar traz enormes incertezas sobre o curto prazo e pode não responder às mudanças fundamentais que o Brasil necessita. As delações premiadas beiram o insuportável, as prisões são feitas e desfeitas, e o Ministério Público confronta a Constituição.

Dizia Peter Drucker: "a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo". No campo econômico, se vê a pavimentação correta; no político, assim como no Judiciário, há um ambiente de resiliência e pretensões. Será difícil encaminhar soluções a esses problemas com os poderes em guerra. Segundo o filósofo Mario Sergio Cortella, "todo poder que, ao invés de servir, se serve é um poder que não serve".

O processo caótico de delações, juízes em confronto com promotores, mídia julgadora e o caminho do vazio leva ao isolamento e pode gerar um novo monstro para 2018. A população brasileira está absolutamente estarrecida com tudo isso.

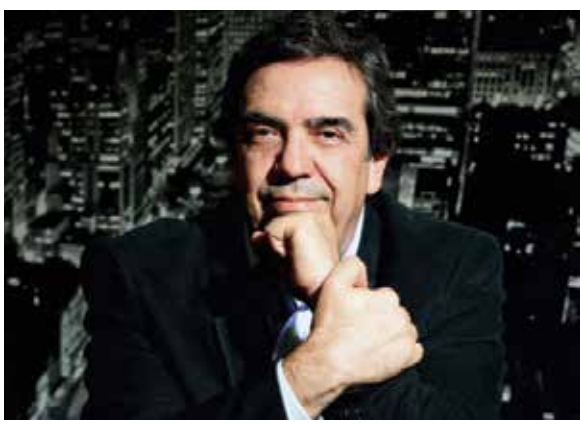
Esse estado de incertezas dificulta o andamento das reformas, e se corre o risco de matar o velho sem ter o novo!

Sem ser desculpa, não é só no Brasil: um olhar à América do Norte mostra transtornos políticos assim como na América do Sul, enquanto a Europa busca recuperação, o Oriente Médio mostra-se em constante conflito e a Ásia mostra-se sob o comando chinês. Tudo é mudança e incerteza. Agora, a União Europeia estuda com o Japão uma área de livre-comércio!

A todo recuo na evolução brasileira, como o atual, surge a questão: o sonho do progresso, da escalada por uma melhor posição social no Brasil, é, de novo, muito alto?

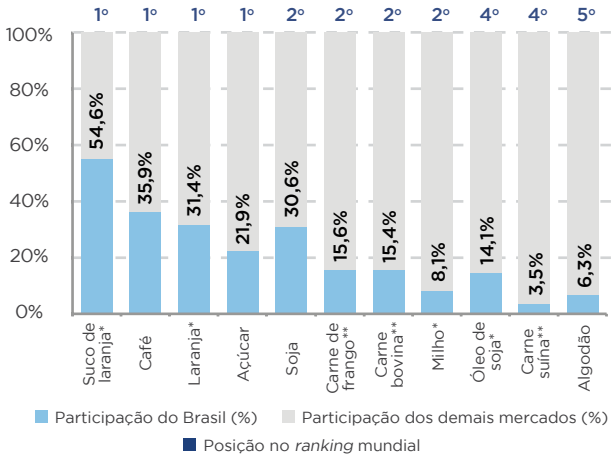
A ABAG, no planejamento do seu Congresso, realizado em 7 de agosto, teve como objetivo discutir o custo Brasil para o agronegócio, desde a reforma trabalhista até a tributária, com ideias e contribuições para essa finalidade. Não há como pretender investimentos fundamentais ao agronegócio sem um ambiente de maior segurança e visão de longo prazo.

Anteparo a todo esse clima interno brasileiro, a resiliência do agronegócio também possui seus limites. Sonhar que o País consiga manter-se como se vê no agronegócio é, de fato, sonhar alto. ■



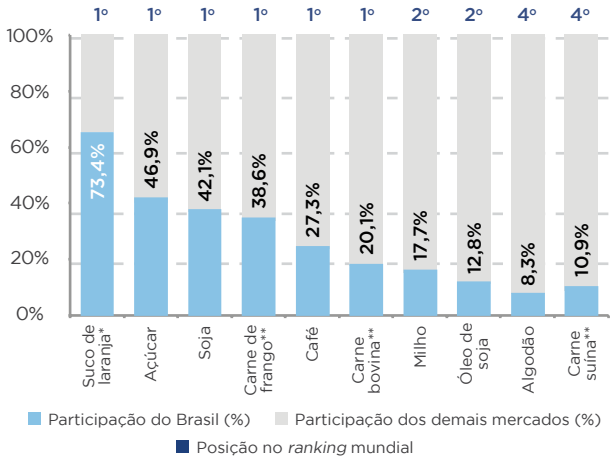
# PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

## POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



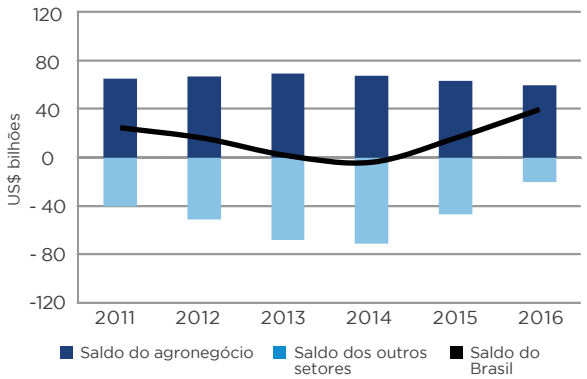

* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

## POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



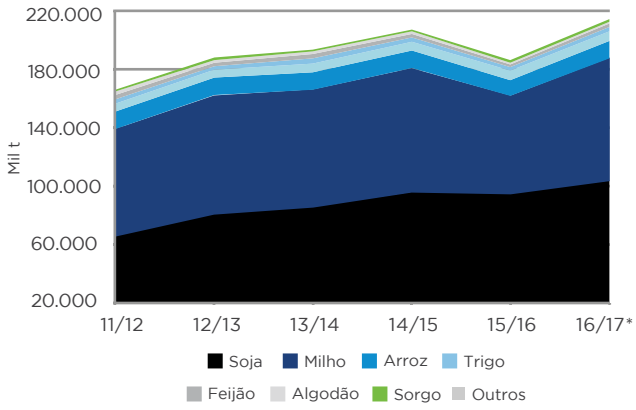

* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

## BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



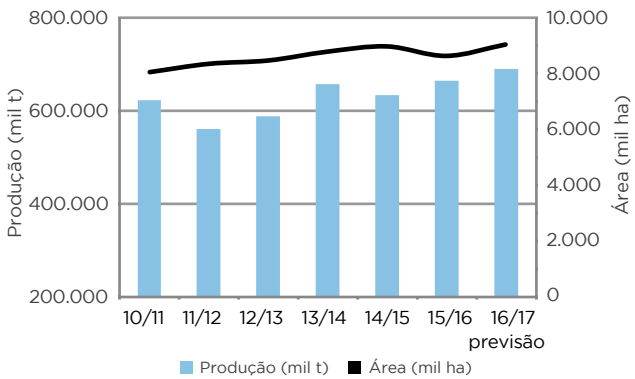

Fonte: SECEX

## BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



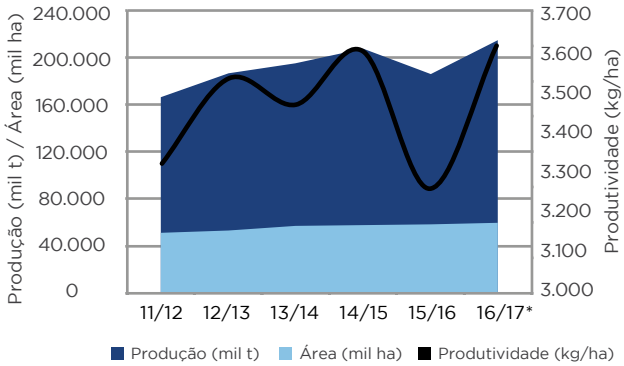

* Previsão
Fonte: Conab

## BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR




Fonte: UNICA; Conab

## BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE




* Previsão
Fonte: Conab